



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0225/15	DATA: 07/04/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 17h19min	PÁGINAS: 55

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

AGEMAR SANCTOS - Diretor de Relações Institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

ADELINO SILVA NETO - Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Proteção à Infância do Ministério do Turismo.

VITOR NEVES FEITOSA - Coordenador-Geral de Treinamento Operacional da Diretoria de Operações da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

CARLOS HENRIQUE MAIA - Coordenador de Grandes Eventos do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

MARCELO NASCIMENTO - Coordenador-Geral da Política de Fortalecimento de Conselhos da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

MÁRCIA FREITAS - Inspetora e Coordenadora de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

SUMÁRIO

Debate sobre a repressão do turismo sexual durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Boa tarde a todos e a todas. Nós vamos dar início à nossa audiência pública, na Comissão do Esporte, proposta pelo Deputado Hiran Gonçalves. Esta reunião de audiência pública conjunta, da Comissão do Esporte, da Comissão de Turismo e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, está sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 16, 8 e 31, de 2015, de iniciativa, respectivamente, dos Deputados Hiran Gonçalves, Valadares Filho, Antônio Jácome, e tem como objetivo debater a repressão do turismo sexual durante a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

Para compor a Mesa e dar início às apresentações, convido S.Exa. o Embaixador Agemar Sanctos, Diretor de Relações Institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (*palmas*); S.Sa. o Sr. Adelino Silva Neto, Coordenador-Geral de Proteção à Infância do Ministério do Turismo (*palmas*); S.Sa. o Sr. Vitor Neves Feitosa Campos, Coordenador-Geral de Treinamento Operacional, da Diretoria de Operações, da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (*palmas*); S.Sa. o Sr. Delegado Carlos Henrique Maia, Coordenador de Grandes Eventos do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça (*palmas*); S.Sa. o Sr. Marcelo Nascimento, Coordenador-Geral da Política de Fortalecimento de Conselhos da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (*palmas*); S.Sa. a Sra. Inspetora Márcia Freitas Vieira, Coordenadora de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal (*palmas*).

O Sr. Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro — CPB, justificou sua ausência nesta audiência alegando a ocorrência de reuniões internas da entidade na data de hoje. Essa foi a justificativa que apresentou para sua ausência.

Convido para conduzir os trabalhos desta reunião de audiência pública o Deputado Hiran Gonçalves, autor do requerimento na Comissão do Esporte. Passo, portanto, a condução da reunião ao Deputado Hiran Gonçalves, desejando-lhe sucesso nos trabalhos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Boa tarde a todos. Em nome do Presidente e dos colegas Deputados aqui presentes, eu gostaria de agradecer a presença das autoridades convidadas a participar desta audiência pública e dizer que nossa Casa se sente honrada com suas presenças.

Os senhores vão nos ajudar a debater este que, na nossa opinião, é um tema de grande importância para o Brasil, pois é um tema que nos constrange, uma dívida que o Brasil tem com as pessoas, principalmente as menos favorecidas. Na minha opinião, o Brasil precisa fazer muito para inserir essas pessoas num contexto social mais justo e de mais oportunidade.

Antes de passar a palavra para os ilustres expositores, eu queria informar a regra da condução da nossa audiência pública, para dar mais dinâmica aos nossos trabalhos.

Cada convidado aqui presente terá que se limitar ao tema de seu debate e disporá de 15 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Na ocasião dos debates será franqueada a palavra a todos que queiram fazer uso dela.

Após as exposições será aberto o debate, e os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Em virtude da importância desta audiência pública, informo a todos que o evento será transmitido pelo portal e-Democracia, da Câmara dos Deputados, permitindo a interação com o público. As perguntas, que já estão chegando, poderão ser dirigidas aos expositores e serão encaminhadas à Mesa por meio da nossa Secretaria.

Para dar início à exposição, passo a palavra ao Embaixador Agemar Sanctos, do Comitê Olímpico Brasileiro, que nos vai falar a respeito desse grande evento que nós vamos sediar aqui em setembro do próximo ano.

Em nome de todos, agradeço-lhe a sua presença e passo-lhe a palavra, Embaixador.

**O SR. AGEMAR SANCTOS** - Muito obrigado, Deputado. Para mim é uma honra estar aqui representando o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos. É uma honra estar aqui com os meus colegas de Mesa, com V.Exas., com as senhoras e



os senhores, representando esse que é o maior projeto não militar existente no mundo. Ele é um projeto que envolve a participação de 200 mil pessoas, brasileiros e estrangeiros, e cria a oportunidade de nós transmitirmos para o mundo a imagem do Brasil em todos os seus aspectos positivos. É um projeto do bem, é um projeto do esporte.

Eu queria, antes de mais nada, fazer alguns esclarecimentos. Primeiro, há certa confusão entre organizações. Eu vejo aqui que citaram o Comitê Olímpico Brasileiro. O Comitê Olímpico Brasileiro existe desde 1914 e vai existir por todo o sempre — assim esperamos. Ele se dedica à preparação de nossos atletas de ponta para participar dos grandes eventos esportivos internacionais.

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em que eu trabalho, começou a existir em maio de 2010 e vai ser dissolvido no dia 1º de outubro de 2016, após o encerramento dos Jogos Paralímpicos. Ou seja, ele é um comitê que tem por função planejar, entregar e operar os Jogos Olímpicos.

Eu sempre uso uma analogia interessante aqui. É a seguinte: nós fazemos o espetáculo; os governos, os nossos parceiros, constroem o teatro. E esse teatro vai ser gerido e operado nos termos combinados durante a candidatura e a eleição do Rio de Janeiro e do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos.

Olimpíadas é um período de 4 anos em que o país está nas Olimpíadas. O período que vai do término dos Jogos de Londres até o término dos Jogos no Brasil corresponde às Olimpíadas do Brasil, que culminam com os Jogos Olímpicos, em 2016. Então, Olimpíadas é uma coisa, Jogos Olímpicos é outra coisa.

Eu gostaria de fazer uma apresentação aqui para, antes de mais nada, dar às senhoras e aos senhores uma visão do tamanho da nossa operação. *(Pausa.)*

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Essa foi uma argumentação essencial que nós utilizamos quando, na candidatura, nós mostramos o mapa-múndi e dissemos que não havia sido realizado, até hoje, nenhum evento olímpico na América do Sul. Essa foi a nossa grande oportunidade de fazer com que fosse a vez do Brasil de sediar os Jogos Olímpicos.

Nós estamos discutindo o turismo. O turismo dos Jogos Olímpicos, obviamente, tem sua porção estrangeira. Nós vamos receber um número bastante



significativo de turistas que são apaixonados pelos Jogos Olímpicos, mas nós estamos fazendo esse evento primariamente para os brasileiros, para trazer o espírito olímpico para o povo brasileiro, para que o povo brasileiro seja influenciado pelo bem que é o esporte, para que o povo brasileiro se sinta inspirado no esporte, principalmente nos esportes olímpicos. Isto é importante: são jogos feitos no Brasil para brasileiros.

Isso dá às senhoras e aos senhores uma ideia da quantidade de pessoas envolvidas no projeto olímpico. Nós temos, por exemplo, na Copa do Mundo, mais ou menos 600 atletas. Nós temos quase 11 mil atletas, de 204 países, e agora 205 países e territórios, com a inclusão de Kosovo no mês passado. Então, cada vez é maior o número. Alguns países em formação estão tentando também entrar, não para os nossos jogos. Nós temos 45 mil voluntários, 20 mil profissionais de mídia credenciados. Nós vamos ter toda a mídia do mundo no Brasil, no Rio de Janeiro, mostrando o Brasil e mostrando a nossa Cidade do Futebol. É uma oportunidade única de mostrar ao mundo, como nós já adiantamos na Copa, as vantagens e atrações do Brasil.

Nós temos aqui os 6.700 integrantes das delegações dos comitês olímpicos do mundo inteiro, que também são pessoas que vêm ao Brasil para ver o Brasil, para levar daqui uma imagem positiva do País. Nós temos o pessoal técnico, os árbitros, de que pouca gente gosta, e os assistentes de árbitro, de que menos gente ainda gosta, porque tomam aquelas decisões de que nós não gostamos. *(Riso.)*

Nós temos, em seguida, os Jogos Paralímpicos. Os Jogos Paralímpicos são mais ou menos 40% — vêm crescendo muito — dos atletas e da operação dos Jogos Olímpicos. É uma operação da qual eu participo também, já participei em Londres. É uma operação emocionante porque nós vemos esses atletas, com todos os tipos de deficiência que se possa imaginar, lutando, fazendo bonito e, no nosso caso, trazendo muita medalha para o Brasil. Por isso a gente gosta tanto dos Jogos Paralímpicos. Pelo menos vão ser perto de 5 mil atletas, de 164 países e territórios, e 25 mil voluntários. Os Jogos Paralímpicos serão realizados só no Rio de Janeiro, enquanto os Jogos Olímpicos serão realizados no Rio de Janeiro e nas cinco Cidades do Futebol.



Nós temos aí a estrutura olímpica, com aquela parceria que eu mencionei: de uma lado, o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Internacional, o Comitê Rio 2016, que planeja, entrega e opera os Jogos Olímpicos; de outro, os três níveis de Governo, que são os nossos parceiros e fazem as instalações, às vezes por investimento direto estatal, sempre pensando em sustentabilidade e legado.

Essas são duas palavras-chave. Tudo o que nós fazemos nos Jogos Olímpicos tem que ser sustentável depois dos jogos. Você tem que continuar a produzir resultados positivos para a sociedade, com sustentabilidade social, econômica, esportiva. Tem que continuar e tem que deixar um legado. Nós pensamos em deixar instalações que sejam utilizadas pela população, utilizadas para esporte depois dos jogos.

Nós temos, no caso, a Autoridade Pública Olímpica, que gere a matriz de responsabilidade, e os três níveis de Governo, entregando cada um a sua parte dos Jogos Olímpicos, seja por concessão, seja por PPP, seja por investimento direto, seja por isenção, etc. São concedidos vários incentivos fiscais, incentivos para construção, mudança de zoneamento, várias coisas para trazer os Jogos Olímpicos.

Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, entre 1990 e 2010, no Rio de Janeiro, construiu-se um hotel por ano da classe de quatro ou cinco estrelas; entre 2010 e 2016 já foram construídos 93 hotéis. Por quê? Porque houve uma mudança nas várias legislações existentes em nível municipal e estadual que atraiu esse investimento. Isso está gerando emprego, está gerando renda para a cidade e para o Brasil, está trazendo tecnologia, porque muitas redes são estrangeiras e trazem a última, a mais moderna tecnologia, o que está sendo um grande benefício para o Brasil e para o Rio de Janeiro.

Nós temos aí as quatro Cidades do Futebol, que agora são cinco, que são: Belo Horizonte... Nós vamos, nas Cidades do Futebol, fazer torneios. Em cada cidade haverá de 12 a 14 partidas, em torneios femininos e masculinos. E nessas cidades ocorre o seguinte: diferentemente da Copa, os times não viajam, eles fazem todo o torneio nessas cidades e depois só saem de lá para a disputa de semifinais e finais das duas categorias, feminina e masculina.

Aqui estão as quatro regiões do Rio de Janeiro. Talvez seja melhor o outro mapa. Nós podemos ver que o Rio de Janeiro tem quatro regiões com instalações



de competição. As regiões 1 e 2, que vocês estão vendo ali, são os parques. Nós temos dois parques olímpicos, Barra e Deodoro, onde vai haver construção, construção civil, construção de instalações olímpicas, construção de benfeitorias, que vão ser deixadas pelos Jogos Olímpicos. Nas outras duas regiões, Copacabana e Maracanã, já existe a infraestrutura. Então nós vamos fazer competição de rua, competição de marcha atlética, de triatlon, de maratona, que vão ser nas ruas do Rio de Janeiro, ou de vôlei de praia, em instalação temporária na praia de Copacabana. E aí nós temos as instalações que já existem. Nós temos as instalações que foram construídas para os Jogos Panamericanos. Já temos cerca de metade das instalações olímpicas construída e nós temos o que vai ser construído: o Parque Olímpico da Barra, o Campo Olímpico de Golfe, o primeiro campo olímpico de golfe da história, feito especialmente para o golfe olímpico, e o Parque Olímpico de Deodoro.

Em seguida nós temos as instalações temporárias que vamos fazer e que vão ser desmontadas ao final dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Aqui nós temos a região da Barra, o principal parque olímpico. Nós temos várias disciplinas. Não haveria tempo para mostrar porque nós temos um limite de tempo. Nós temos aí o projeto do Parque Olímpico da Barra. O que vai acontecer? Isso é uma PPP. Quando terminarem os Jogos Olímpicos, toda essa parte que vocês estão vendo ali, aquilo em amarelo e os Halls Olímpicos nºs 1, 2 e 3, vão se transformar no Centro de Treinamento Olímpico do Brasil, ou seja, o Brasil vai ter uma instalação específica para treinar atletas de alta *performance*. Vai servir para treinar não apenas os brasileiros, mas os de qualquer outro País que queiram utilizá-lo. Vai ser uma instalação de ponta de categoria internacional.

Nós temos aqui o Parque Olímpico de Deodoro, que é muito importante, porque Deodoro é uma região socialmente carente. Nós estamos deixando como legado um parque público — trata-se de uma região onde não há parques públicos —, com todas as instalações olímpicas para a população depois dos Jogos.

Nós temos aí um grande legado para o Rio de Janeiro, que é a questão do transporte público. Vocês estão vendo que, em 2009, senhoras e senhores, a rede de transporte público de massa existente era basicamente o metrô e as instalações da SuperVia, trens suburbanos do Rio de Janeiro, um projeto do final do século XIX,



aliás, muito bem construído, mas que está sendo renovado para os Jogos Olímpicos. Essa será a situação do Rio em 2016, durante os Jogos Olímpicos, ou seja, nós vamos ter a integração de todas as redes de transporte por estações de correspondência, integrando BRT, metrô e trem suburbano. Vamos ter, pela primeira vez — já está funcionando — o acesso, por transporte público de massa, a um aeroporto internacional do Brasil, que é o aeroporto do Galeão, do Rio de Janeiro.

Como era uma apresentação curta, eu tive que me limitar aos fatos essenciais.

Muito obrigado.

Devolvo a palavra ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Obrigado, Embaixador.

Eu queria só aproveitar para enfatizar que nós vamos passar a palavra aos demais expositores e que os colegas Deputados e os participantes desta audiência que queiram fazer algum questionamento o façam ao final das exposições.

O próximo expositor será o Sr. Adelino Silva Neto, o Coordenador-Geral de Proteção à Infância do Ministério do Turismo. Fique à vontade.

**O SR. ADELINO SILVA NETO** - Boa tarde, senhores. É uma honra estar aqui representando o Ministério do Turismo.

Eu sou o Coordenador da Coordenação-Geral de Proteção à Infância do Ministério do Turismo. Nós temos, desde o ano de 2004, o Programa Turismo Sustentável e Infância, com ações desenvolvidas em relação ao que muitos chamam de “turismo sexual”.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós vamos falar da exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do turismo para a Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

O que nós queremos com o turismo é emprego, crescimento e felicidade.

Essa é uma atividade que cresce cada vez mais economicamente. Para se ter ideia, hoje, 1 em cada 11 empregos do mundo é da área de turismo. Isso representa mais de 9 bilhões de dólares por dia, ou seja, 1 trilhão de dólares por ano. Isso representa o dobro da quantidade de pessoas, na Alemanha, empregadas no turismo e representa mais do que o PIB de um país como Portugal — 1 trilhão de dólares! —, para que nós tenhamos noção do tamanho dessa atividade turística.



Nós temos bem definido, dentro dessa atividade, no Brasil, que o que nós queremos são turistas que venham para cá interagir com as pessoas, com a nossa cultura, mas que mantenham o que diz a Constituição brasileira, no seu art. 227, sobre a proteção integral de crianças e adolescentes. Não queremos que ninguém venha para cá tirar um direito essencial, o direito à vida de crianças e adolescentes, a nossa geração futura.

Então, a grande questão é a seguinte: que tipo de turista nós queremos aqui? Nós queremos aquele que vem para trazer o dinheiro ou nós queremos aquele que vem para trazer o dinheiro e manter o que nós chamamos de sustentabilidade social? Porque uma coisa é vir conhecer as nossas pessoas e outra é mexer com as nossas crianças e adolescentes.

É nesse sentido que nós temos levado essa ação para todas as outras áreas dentro do turismo brasileiro.

Os dados das Olimpíadas já foram muito bem colocados aqui. O evento vai ocorrer dos dias 5 a 21 de agosto, envolvendo 10.500 atletas de 205 países e 4.350 atletas paralímpicos de 178 países, com 306 provas, sendo que o futebol vai acontecer em outras cidades além do Rio de Janeiro.

Nós estamos estimando um total de 350 mil turistas. Este número pode ir até 500 mil. O perfil do turista que deve vir à Olimpíada é um pouco diferente do perfil do que veio na Copa do Mundo. Espera-se que venham para cá, como aconteceu nas outras cidades, mais famílias, principalmente as dos atletas.

É nesse sentido que nós temos trabalhado.

Eu quero deixar bem clara uma coisa que nós temos trabalhado bastante no Brasil: o conceito de turismo sexual. Turismo sexual não é turismo. Turismo sexual é a negação do turismo. Ele, na verdade, é um crime tipificado no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente. No ano passado, no dia 21 de maio de 2014, foi sancionada a lei que tornou esse “turismo sexual”, entre aspas, um crime hediondo.

A terminologia técnica que nós usamos é “exploração sexual de crianças e adolescentes”, que trabalha em forma de rede. É uma rede de exploradores. Eles fazem o que nós chamamos de “mercadorização” do corpo.



Para se ter ideia, muitas vezes, em recepção de hotéis, nós encontramos catálogos de mulheres que dizem assim: *“Esta aqui saiu na revista, é um preço; esta aqui é modelo, é outro preço; esta aqui é menor de idade, custa mais caro”*.

É neste sentido que nós temos trabalhado, para evitar esse tipo de coisa, porque as próprias pessoas da área do turismo podem terminar sendo indutores desse problema, caso nós não tenhamos todo um trabalho de prevenção.

Eles trabalham nessas redes, em um processo de dominação cruel que traz problemas psicológicos. No Brasil nós não aceitamos isso, mas parece que com o filho dos outros pode acontecer. Muitas vezes encontramos casos assim. E há, inclusive, problemas psicológicos para as pessoas que sofrem essa exploração.

Lembro que é considerada criança, no Brasil, aquela com até 12 anos de idade incompletos; adolescente, o de 12 a 18 anos; e, jovem, o de 15 a 21 anos, tendo sido sancionado, inclusive, o Estatuto da Juventude.

Portanto, é um processo de dominação cruel, no qual a criança e o adolescente ficam sujeitos a situações de exploração sexual que os levam, inclusive, à perda do que nós chamamos de “desenvolvimento sustentável”, ou seja, a sua condição de pessoa e a sua condição de crescimento.

Não devemos falar que somente a carência econômica pode levar a situações como essas. Este é um dos fatores, sim, mas nós temos verificado que filhas de prostitutas, dependendo do local onde elas estejam, terminam vivendo em um ambiente que pode ser de exploração sexual, e isso pode levá-las a... Ninguém começa uma atividade dessas com 18 anos. Os registros brasileiros mostram que começam com 10 anos até 18 anos de idade.

Esse não é um problema só do Brasil, é um problema mundial, é um fenômeno social bastante complexo, para o qual nós não temos uma só solução.

Por isso é importante que nós possamos trabalhar em conjunto. De alguns poucos anos para cá, nós temos feito um trabalho de unicidade, inclusive de campanhas. Houve uma campanha única, articulada, que nós chamamos de uma agenda de convergência, na qual tivemos vários trabalhos feitos antes e durante a Copa, e agora eles vão seguir até as Olimpíadas.

Só para exemplificar o que pode acontecer, dentro da cadeia do turismo, um taxista pode transportar o explorador até a vítima; na recepção do hotel, podem



fazer a chamada ou agendar o encontro do explorador com essa vítima; o garçom pode receber gorjetas para fazer a indicação de onde há crianças e adolescentes; e o agente de viagem pode oferecer serviços de acompanhantes.

A maioria dos pacotes de viagem hoje é feita pela Internet, num percentual já bastante elevado, na casa dos 80%. E, às vezes, na Internet, nós encontramos algumas situações como, por exemplo, a de uma criança enrolada numa bandeira do Brasil. Ao olhar isso, às vezes você pode pensar que é um *site* inocente, mas, quando se vê o caminho, descobre-se que é a trilha para que os acompanhantes ou o serviço de acompanhantes oferecidos sejam encontrados.

Para casos assim, a Polícia Federal tem um departamento que trabalha com a pornografia na Internet. Os *sites* são retirados do ar, mas, muitas vezes, acontece de, no dia seguinte, dois outros *sites* surgirem em provedores fora do Brasil.

Portanto, é um mundo. E realmente nós temos que ter um controle cada vez mais eficiente em relação a isso e refletir sobre várias ações nesse sentido.

Também pode acontecer de um familiar oferecer a criança ou o adolescente ao turista ou à pessoa que está próxima, em *flats* ou hotéis. Algumas pessoas, nessa rede de exploradores, alugam um quarto de hotel — e você pensa até que são hóspedes — para usá-lo como local de encontro e oferecem, inclusive, esse serviço para outras pessoas.

Ou seja, é toda uma rede querendo se apropriar de um trabalho economicamente muito forte como é o turismo.

É nesse sentido que nós trabalhamos, principalmente com a prevenção, porque ela é mais importante e porque isso passa pela conscientização das pessoas em relação a esse tema. Elas têm que entender que essa é uma atividade clandestina. A exploração sexual muitas vezes não é percebida na rua como outro problema de violação o é. Por exemplo, o trabalho infantil para nós é muito claro: passa lá um garotinho vendendo amendoim. Na Copa do Mundo nós tínhamos alguns locais, próximos dos eventos, de acolhimento dessas crianças. Houve lá o caso de uma senhora cujos netos estavam recolhendo latinhas. Ela sofreu uma abordagem, e disseram a ela que aquilo era trabalho infantil. E ela argumentou: *“Mas onde? Eles só estão segurando latinha. Isso não é trabalho infantil.”*



Nós temos, inclusive, que fazer um trabalho muito grande, cada vez mais intenso, de comunicação, para poder esclarecer o que nós estamos dizendo, porque para um aquilo não é, para outro é. Nós temos dificuldade em alguns desses pontos.

Nós temos uma legislação farta em relação à exploração sexual da criança e do adolescente. A Constituição Federal de 1988, no art. 227, fala claramente disso. É dever do Estado, da família e da sociedade. Esse trabalho com a sociedade precisa ser intensificado.

A família sabe que é dever dela a proteção integral de crianças e adolescentes, e o Estado sabe que é dever dele a proteção integral, mas a ligação com a sociedade tem que ser mais acentuada.

No Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA há várias questões relativas ao tema. Crianças e adolescentes não podem se hospedar sem acompanhamento em hotel. O adolescente viaja sozinho aqui no Brasil, sem autorização, mas não pode se hospedar sozinho. Algumas questões nós precisamos verificar um pouco mais.

Então, a Constituição brasileira, no art. 227, fala disso, e o ECA, no seu art. 4º, acrescentou “comunidade”. Comunidade é a sociedade próxima da família. Sobre esses aspectos a Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 2008, também fala, e o Código Penal também faz referência.

O nosso Programa Turismo Sustentável e Infância, do Ministério do Turismo, atua em todas as áreas e trabalha com quatro eixos: campanhas publicitárias; seminários de sensibilização; projetos de formação de multiplicadores; e projetos de inclusão social com capacitação profissional — estamos trabalhando para trocar o nome para “inclusão produtiva”.

Já fizemos inclusão dessas pessoas junto ao SENAC e estamos agora com o programa do SESI, o ViraVida. Nós oferecemos vagas nos cursos de turismo e hotelaria às vítimas de exploração sexual no turismo.

Aqui estão alguns dados do que se fez.

Nós temos 113 mil pessoas sensibilizadas em 11 anos de programa. Foi feito todo um trabalho antes da Copa. A rede do turismo é uma rede forte. Ela tem sido fortalecida, mas é preciso mais. Esse trabalho envolve todas as redes de direitos humanos: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça e Polícia



Rodoviária Federal, que faz um trabalho brilhante de mapeamento das estradas, identificando onde há problemas para encaminhamento aos órgãos de proteção. Enfim, todos são aliados nesse trabalho, de modo intersetorial.

No ano passado nós fomos a 23 capitais brasileiras, 12 sedes mais 11 não sedes, e fizemos a sensibilização de 2.013 pessoas. Nosso pensamento é que, até as Olimpíadas de 2016, tenhamos mais 3 mil pessoas sensibilizadas participando desse trabalho.

Nós trabalhamos incentivando denúncias — é natural que as denúncias aumentem quando há mais campanha: na época do carnaval, na época da Copa, na época das Olimpíadas —, para que se fale dessa questão. Nós temos o Disque 100, que se mostrou bastante eficiente. Esse número precisa ser cada vez mais divulgado. Nós sabemos que nem metade das pessoas denuncia. Denúncia não significa número de casos — que isso fique bem claro.

A leitura que nós podemos fazer das denúncias recebidas é a das pessoas que foram conscientizadas e que falaram a respeito do problema. Isso ajuda na identificação e no encaminhamento aos órgãos de proteção. Então, o nosso trabalho é divulgar o Disque 100.

Na Copa nós usamos o aplicativo para *smartphone*, que todos podem baixar, chamado Proteja Brasil. Ele mostra quais são os órgãos de proteção próximos de onde nós estamos, o que significa cada ponto desses, quais são os telefones, onde estão os conselhos tutelares, onde estão, na verdade, todos os agentes que podem ajudar na identificação, e ele liga direto para o número 100. Foi desenvolvido pela UNICEF, em parceria com Direitos Humanos e apoio do Ministério do Turismo e demais. Na época da Copa do mundo, tivemos 14 mil *downloads*, e o número já ultrapassou 50 mil. Nós divulgamos isso, além do telefone. Ou seja, há um sistema de comunicação à disposição para que as pessoas possam, então, denunciar, porque com a denúncia nós chegamos ao foco do problema.

Houve a campanha *Não Desvie o Olhar* — o SESI fez uma parte —, apoiada também por nós. Tivemos a campanha *Proteja Brasil*, desenvolvida pelo Governo, pela sociedade civil, por ONGs. A Comunidade Europeia trabalhou nessa questão. Nós temos utilizado esses macaquinhos, e eles têm sido identificados. Isso foi definido naquela filosofia japonesa de olhar, escutar, falar. Esse trabalho deve seguir



até às Olimpíadas. O Ministério do Turismo já distribuiu 15 milhões de peças físicas. Nós tivemos um trabalho em relação às redes sociais, com uma divulgação intensa em televisão, rádio e também em documentários, e queremos até as Olimpíadas entregar mais 2 milhões, fora a questão eletrônica.

Esse é o manual que nós utilizamos: o manual do multiplicador. Nós o desenvolvemos junto com a Universidade de Brasília. Este manual é uma referência histórica, é uma referência legal. Ele tem um marco civil, ele tem um plano de ação, em que ensinamos como é o fluxo. Então, todos os dos equipamentos turísticos podem utilizar, capacitar-se e beneficiar-se dessa capacitação, em que se ensina ao funcionário que tem que sinalizar o ambiente e também ajudar a estimular a denúncia e a impedir casos de exploradores se hospedando, por exemplo, com crianças sem documento, e por aí vai.

Aqui estão alguns números de 2011 a 2014 das denúncias que aconteceram sobre exploração sexual. Quero lembrar que ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes quando se envolve dinheiro, comércio; ocorre abuso quando o fato acontece dentro da família ou próximo da família. Nesse caso, envolveu esse comércio. Nós tivemos, em 2012, um aumento dessas denúncias, foram 8.080, porque o Disque 100 passou a funcionar 24 horas. Antigamente não era assim, ele só funcionava até as 22 horas, então, ampliou-se o atendimento. E nós estamos formatando aqui esse histórico.

Na Copa do Mundo nós tivemos um aumento no número de denúncias, mas nem tanto nessa área sexual, porque, na identificação de quem telefonava para lá, já estava direto: *É sobre Copa?* — “sim”. E, às vezes, a própria forma de relatar pode não estar descrita assim. Em relação à Copa das Confederações, houve um acréscimo de 15,6% na Copa do Mundo, e há dados que mostram até 17%.

Então, para deixar claro, uma denúncia pode se desdobrar em vários tipos de violações. *“Ah, foi trabalho infantil!”* Sim, mas estava associado também à exploração sexual. O pessoal da OIT pediu que eu aqui lembrasse sobre esta questão: que trabalho infantil pode levar também à exploração sexual. Então, nós temos trabalhado nesse viés na CONAETI — Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil também, assim como na Comissão do Tráfico de Pessoas, de que nós somos Conselheiros, fazemos parte, temos voz e assento lá, em relação a esse



tema. Temos também feito um trabalho com as prostitutas, com a Cida, Presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais, explicando que prostituição é uma coisa e exploração sexual é outra coisa. Inclusive, é reconhecida como uma forma de trabalho a venda do próprio corpo.

E aqui nós temos o número de violações que aconteceram, 22.437: negligência, maus-tratos com crianças e adolescentes; violência psicológica; violência física; violência sexual, com 2.972 denúncias; e exploração do trabalho infantil.

A estrutura que nós tivemos nas 12 cidades-sedes pretendemos repetir nas Olimpíadas — claro —, com o aprendizado do que foi feito em relação a isso, porque se verificou que é necessária uma diligência em relação a alguns bairros, não ficar parados como nós ficamos em alguns pontos. Foi um plantão integrado, em que foi estabelecido um espaço de convivência próximo dos jogos, ali onde havia a Fan Fest. Foi um grande aprendizado. Tivemos envolvidos 2.500 profissionais de todas as áreas e os 12 comitês, um em cada cidade-sede, que fazia todo o trabalho e nos ajudava. Estava a Justiça integrada, junto com a população, junto com o Governo, junto com outros Poderes, em relação à questão dessas atividades, da estrutura para proteção da infância.

Ações de repressão são da Polícia. A Polícia Civil ficou mobilizada em nove Estados. Houve a Operação Proteja Brasil I, da Polícia Federal, em que foram presas pessoas envolvidas com pornografia. Foi avaliado tudo isso. Houve a Operação Ágata nas oito fronteiras e, importante, uma portaria interministerial, que a Secretaria de Direitos Humanos, participante da Comissão Intersetorial — de que todos nós fazemos parte —, junto com o Ministério da Justiça, desenvolveu. O que aconteceu foi que pessoas de países estrangeiros ficaram proibidas de entrar no Brasil caso tivessem seu nome, em bases de dados internacionais, relacionado à pornografia ou à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Algumas medidas foram tomadas dentro de uma agenda, que nós chamamos de Agenda de Convergência, porque essa ação articulada de todos esses parceiros mostra ao turista que aqui nós temos unicidade de campanha e unicidade de ações. É importante o turismo não sair sozinho com uma campanha, Direitos Humanos com outra, a Childhood, por exemplo, uma ONG internacional, com outra. É importante



que todos façam essa convergência. Então, nós atuamos assim, e isso mostrou muito mais volume, muito mais resultado. Temos tido várias reflexões de aprendizado em relação a isso como forma de instruir os outros megaeventos.

Tivemos com a Adidas o caso dessas camisetas na época da Copa. Não sei se todos lembram isso. Já havia uma tiragem muito grande, milhões de camisetas prontas para os americanos que viriam aqui. Ela estampou nas camisetas *Lookin' to score*, um trocadilho inglês que dizia: "*Fazer gol e conquistar mulheres*". Nós fizemos em conjunto uma nota de repúdio. A EMBRATUR atuou diretamente, junto conosco, Ministério do Turismo e Secretaria de Direitos Humanos. As medidas foram tomadas e, de fato, as vendas, no dia seguinte, foram suspensas.

Nós trabalhamos muito e fortemente com o pessoal da área de turismo. Nós participamos com eles desses seminários pelo Brasil inteiro, levando a informação sobre o tema, a importância, como fazer para que a sensibilização e a capacitação dos funcionários deles estivessem sempre atualizadas, de modo frequente. Cogita-se, inclusive, intensificar os incentivos fiscais aos equipamentos turísticos que tenham apresentado essas capacitações e que se mostram eficientes em relação a esse enfrentamento lá na ponta.

Existe a Lei nº 11.577, de 2007. Nós distribuímos 50 mil do que chamamos de cartazetes, cartazes pequenos. Essa lei obriga hotéis, pousadas, bares, motéis, academias de ginástica, salões de beleza, postos de gasolina a colocar uma placa logo na entrada dizendo que tráfico, exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. É uma lei federal. Nós incentivamos os equipamentos a se mostrarem sinalizados. Isso não vai resolver o problema, mas o turista chega e vai ver isso, além de todo o trabalho de sinalização que foi feito em aeroportos, rodovias e similares.

A campanha que nós desenvolvemos é permanente. Tivemos agora no carnaval. Temos uma data muito importante, dia 18 de maio, que deve ser cada vez mais divulgada. Hoje, os Estados brasileiros já fazem movimento, porque o 18 de maio é exatamente a nossa data, quando nós fazemos um momento de reflexão, de pausa para discutir a questão da exploração sexual.

E fizemos aqui a divulgação da postura do equipamento turístico aos seus fornecedores, convênios, colocando uma cláusula moral, como escrever no



contracheque: *exploração sexual de crianças e adolescentes é crime*. Por exemplo, em contas de luz, como aconteceu no Estado do Maranhão, quando colocaram na conta de luz de 1,35 milhão de casas naquele mês dizendo: *exploração sexual é crime*, e ainda usaram esse símbolo dos macaquinhos.

Então, é dessa forma, com essa conscientização, com campanhas, com divulgação, falando do tema, como nós estamos fazendo aqui hoje, neste momento, que realmente nós podemos avançar em relação a isso que se tem mostrado de uma forma muito forte e incidente no mundo como um todo.

Nosso objetivo era nem discutir esse tema aqui, era chegar e dizer que realmente acabou a situação. É a esse ponto que nós queremos chegar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Dr. Adelino Silva Neto. O nosso próximo expositor será o Sr. Vitor Neves Feitosa, Coordenador-Geral de Treinamento Operacional da Diretoria de Operações da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

**O SR. VITOR NEVES FEITOSA** - Boa tarde, senhoras e senhores, o nome é comprido, não é, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Comprido, pomposo.

**O SR. VITOR NEVES FEITOSA** - Bem, senhoras e senhores, estou aqui representando a Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos, que foi criada em 2011 com um grande desafio: coordenar a operação de segurança para os grandes eventos.

Como encarar, como atuar e como suplantar esse enorme desafio? Nós partimos basicamente de duas premissas: o respeito às atribuições constitucionais e legais dos órgãos e a promoção da integração. Nós acreditamos que a interdependência das ações tem que ser planejada para depois ser executada.

Antes da criação da SESGE, há algum tempo, a Polícia Militar cuidava do “quadrado” dela, a Polícia Civil cuidava do “quadrado dela”, a Polícia Federal cuidava do “quadrado” dela, mas, dado o desafio, a grandeza do evento, a gente tinha que alcançar o objetivo de otimizar a utilização dos recursos e aumentar a eficiência dos meios.



Então, em 2012, foram criadas Comissões Estaduais de Segurança Pública e Defesa Civil nos 12 Estados da Federação que iam receber os jogos da Copa do Mundo para promover o planejamento integrado dessas ações.

Vários temas foram abordados durante esse planejamento, como a questão da segurança cibernética, o controle migratório e segurança aeroportuária, polícia judiciária, enfim, o projeto era no âmbito dessas Comissões, com representantes de vários órgãos, para que fosse discutida a forma de atuação dos órgãos em vários incidentes, e um desses incidentes era a exploração sexual e o tráfico internacional de pessoas.

Então, nós reuníamos os técnicos e criávamos protocolos de atuação integrada. Se acontecer determinado incidente, como é que os órgãos vão responder? Quem é o responsável? Quem são os órgãos de apoio? A Polícia Federal é responsável por um determinado aspecto do enfrentamento, ela precisa do apoio de quais órgãos? Então, a gente se reunia, combinava, acordava essa atuação integrada e criava os protocolos de atuação integrada.

Em 2013, a SESGE criou o Sistema Integrado de Comando e Controle. O que é esse sistema? É basicamente a criação de vários Centros Integrados de Comando e Controle, um nacional, aqui em Brasília, com replicação no Rio, 12 centros regionais, centros móveis, centros locais nas arenas, com a reunião de representantes de vários órgãos, em média, 40 órgãos integravam esses Centros Integrados de Comando e Controle.

Eu acho que os senhores puderam ver na mídia aqueles centros com um *video wall* imenso, com imagens de várias câmeras, com matriz de eventos e atividades, imagens de helicóptero, enfim, os centros integrados se propuseram a pôr em prática, a executar aquele planejamento que havia sido realizado no período anterior.

Os Centros Integrados de Comando e Controle forneciam uma consciência situacional de tudo o que estava acontecendo nas áreas de interesse operacional dos grandes eventos, agilizavam a tomada de decisão dos gestores e diminuía o tempo de resposta aos incidentes.

Um desses órgãos, aqui no DF, por exemplo, é a Secretaria da Criança, que integrou esses centros, que era o Centro Integrado de Comando e Controle



Regional. Lá ela pôde interagir com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a Polícia Federal, SAMU, Bombeiros. Caso ela precisasse de qualquer coisa, ela tinha um representante dos Bombeiros, da Polícia Civil logo ali do lado e poderia acionar a Polícia Civil, que prontamente respondia à demanda que havia sido encaminhado a ela.

De tão exitoso que foi esse modelo, os centros que foram construídos estão sendo utilizados para cuidar da segurança pública ordinária. Existe um projeto no Ministério da Justiça, capitaneado pela SENASP — Secretaria Nacional de Segurança do Ministério da Justiça, para ampliar a atuação desses Centros Regionais. Isso é inclusive política implementada no âmbito do Ministério da Justiça. Então, os centros estão e serão utilizados para responder às ocorrências ordinárias das cidades.

Para os jogos olímpicos, nós replicaremos, adaptaremos, melhoraremos esse modelo que foi criado, foi implementado e foi muito bem avaliado por todos, pelos cidadãos, pelos turistas que aqui estiveram presentes durante a Copa do Mundo.

Já foi criada a Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016, no Rio de Janeiro. São titulares dessa Comissão o Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o Secretário de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro e assim por diante, são vários órgãos que estão ali representados.

Então, os órgãos que atuam com essa temática da exploração sexual podem buscar integrar-se a essa Comissão para participar do planejamento das ações, observar, auxiliar, enfim, propor alguma medida para que o planejamento de segurança dos jogos já contemple essas respostas.

Eu me coloco à disposição para sanar qualquer dúvida. Passo a mensagem de que busquemos essa integração, porque ela tem, sim, esse objetivo de aumentar a eficiência dos órgãos, diminuir os problemas de comunicação que existem e agilizar as respostas que são esperadas.

Obrigado.

**SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Obrigado, Dr. Vitor.

O nosso próximo expositor é o Dr. Carlos Henrique Maia, que é Coordenador de Grandes Eventos do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.



**O SR. CARLOS HENRIQUE MAIA** - Boa tarde, Sr. Deputado, boa tarde a todos e a todas.

Como o Dr. Vitor colocou na fala dele, o grande desafio em um grande evento, a maior peculiaridade, é a integração, não só no caso da segurança pública, mas de todos os órgãos envolvidos, de forma que todas aquelas atividades rotineiras de cada um desses órgãos, dessas instituições, possam ser coordenadas de uma maneira que os recursos humanos e os recursos materiais sejam utilizados da forma mais adequada.

Nesse sentido, dentro da Polícia Federal, foi criada a Coordenação de Segurança em Grandes Eventos. A ideia era reunir, entre todos os setores da Polícia, aquelas atividades com repercussão nos grandes eventos, atividades, em sua maioria já rotineiras da Polícia, e coordenar essa atuação internamente e dentro dessa estrutura, que foi desenvolvida de forma bem-sucedida até o momento — nós já passamos, pelo menos, por quatro grandes eventos—, integrando-se à estrutura de comando e controle da SESGE.

Então, nesse contexto, a Polícia Federal acaba se inserindo na estrutura do comando e controle, que já foi mencionado aqui. A ideia é que nós tenhamos uma atuação otimizada, com todos esses recursos, favorecida pela proximidade entre todos os órgãos participantes do grande evento.

Além dessas ações rotineiras, como eu disse aos senhores, que são conduzidas pela nossa Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas e pelo Grupo Especial de Combate à Pornografia Infantil, que obviamente têm sua demanda aumentada em determinados períodos, como os de um grande evento, a Polícia Federal pensou, especificamente para o grande evento, na criação de uma estrutura de cooperação policial internacional, que já foi testada de forma bem-sucedida nos dois últimos grandes eventos. Nós trouxemos representantes de polícias de 37 países mais três organismos estrangeiros durante a Copa.

Essa foi uma experiência muito interessante, pois permitiu acesso rápido a informações sobre estrangeiros, troca ágil, dinâmica de informações relativas a antecedentes, à situação de determinados visitantes estrangeiros. Nós pretendemos repetir essa experiência com uma projeção no Rio de Janeiro e com uma vinculação — nunca é demais lembrar — com a estrutura de comando e controle.



Todo esse Centro de Cooperação Policial Internacional, gerido no âmbito da Polícia Federal, pela Coordenação-Geral de Cooperação Internacional, popularmente conhecida como INTERPOL, tem o objetivo de fazer esse trabalho junto aos representantes das polícias estrangeiras e conectar-se com a estrutura de comando e controle, em que ela também vai ter acesso, com interlocução, às Polícias Civis, às Polícias Militares, à Polícia Rodoviária Federal e, eventualmente, às estruturas de direitos humanos daquela localidade, propiciando uma resposta rápida, uma consulta rápida a informações diretamente com o país de origem daquele estrangeiro.

Outro ponto que também é objeto do nosso planejamento é o reforço da estrutura de Polícia Judiciária. É certo que a maioria dessas ocorrências não chega diretamente à Polícia Federal, pois acaba sendo atribuição das Polícias Civis, mas a ideia, nesse contexto de integração, é que nós possamos recebê-las e dar-lhes o encaminhamento correto. Tratando-se especificamente de estrangeiros, buscamos já providenciar ali uma consulta e uma resposta e, mais uma vez, dentro da estrutura de comando e controle, dar o encaminhamento correto a cada ocorrência, de forma ágil, com uma resposta pronta à demanda que nos é apresentada.

Por último, em relação ao que eu posso trazer aos senhores — tudo isso foram experiências que acumulamos nos últimos eventos —, está o reforço do controle migratório. Nós imaginamos que não só a segurança aeroportuária, mas o controle migratório de forma geral vai ser uma grande demanda durante um grande evento. Foi mencionada aquela portaria que foi assinada às vésperas da Copa, no ano passado, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos, já dando ali um respaldo para o impedimento de entrada de visitantes que tivessem histórico de exploração sexual ou de pornografia infantil.

Isso se alia a uma estrutura que já é utilizada e é rotineira na cooperação internacional nas difusões. Eu imagino que, com esse grande diferencial de atuação, que é a atuação integrada num sistema de comando e controle, essas medidas tornam-se ainda mais efetivas, porque nós temos condição de, recebendo a demanda, ter acesso rápido a todas as instituições participantes e, nessa estrutura de coordenação, distribuir essa resposta da forma mais adequada e rápida.



Da mesma forma como o Victor nos disse, fico à disposição dos senhores, caso haja algum questionamento. A nossa ideia, obviamente, além de trazer essas informações, é receber um retorno, coletar demandas, para que possamos melhorar ainda mais o nosso planejamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Dr. Carlos. Passo a palavra ao próximo expositor, Dr. Marcelo Nascimento, Coordenador-Geral da Política de Fortalecimento de Conselhos da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**O SR. MARCELO NASCIMENTO** - Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas; a todos os presentes; Deputado Hiran, o Sr. Adelino já iniciou o assunto, e nós vamos conversar um pouquinho sobre a Agenda de Convergência para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes. Nos megaeventos — Copa das Confederações e Copa do Mundo —, essa metodologia foi utilizada, e nós a aprimoramos.

É importante, antes de falar dela, lembrar que nós falamos muito de legado da Copa. Então, nós temos um legado da Copa: a Agenda de Convergência, uma metodologia de proteção integral de crianças e adolescentes para as Olimpíadas e para as Paralimpíadas.

O que foi a Agenda de Convergência? Foi uma ação integrada e de parceria entre Governo Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, organizações não governamentais, setores de responsabilidade social, de empresas e organismos internacionais, como UNICEF e UNESCO. Foi uma estratégia de proteção integral no contexto dos grandes eventos. Nós tínhamos dois grandes eixos: mobilizar ações estratégicas de proteção antes, durante e pós-evento, e visão sistêmica e atuação integrada.

No âmbito do Governo Federal, foram envolvidas 10 áreas do Governo, como Ministério do Turismo; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; e todas as Secretarias da Presidência da República. Essa ação foi coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos.

A metodologia que nós adotamos antes da Copa das Confederações foi a seguinte: começamos a dialogar com todas as sedes, e para isso foi desenvolvido



um manual, que foi entregue a todos os comitês locais. Então, a metodologia foi a disponibilização de um guia de referência para os Comitês de Proteção Integral à Criança e Adolescente nas cidades-sede da Copa do Mundo. Dentre os conteúdos, destacam-se: recomendações para a constituição dos comitês locais, nós tínhamos um Comitê Nacional e os comitês locais; elaboração do Plano de Ação; orientação técnica; e recomendações para a implementação dos plantões integrados, equipes itinerantes e espaços de convivência; gestão da Agenda de Convergência nas cidades-sede da Copa do Mundo. Esse material continua disponível no *site* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O público prioritário para nós eram crianças e adolescentes, mas, nas 12 cidades-sedes, também se trabalhou com pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e LGBT.

Para o enfrentamento das violações de direitos, nós pensamos em cenários de violações, entre eles, a violência sexual; abuso e exploração sexual; negligência e outros tipos de violência; trabalho infantil; ato infracional; consumo de álcool e drogas; desaparecimento de crianças ou adolescentes; e violência letal.

Nós dividimos o projeto em três partes. A primeira foi a formação do Comitê Local de Proteção Integral como espaço de preparação das ações da rede. Na verdade, a Agenda de Convergência foi juntar todas as forças para a proteção integral de crianças e adolescentes durante os grandes eventos.

A segunda parte foi a elaboração, pelo comitê, de um plano integrado de proteção, constatando a relação dos equipamentos e serviços da rede, a lista dos profissionais que atuarão e suas respectivas atribuições, com correspondência a um diagnóstico local. Então, cada comitê local tem a sua realidade, as suas especificidades e, através da Agenda de Convergência, preparou-se para proteger as crianças e os adolescentes durante os grandes eventos.

No dia do evento, estrutura-se um plantão social integrado, com equipes itinerantes e espaços temporários de convivência para crianças e adolescentes em situação de violação. Nesse espaço, a mãe que trabalha proximamente ou no grande evento pode levar os filhos. A mãe é abordada pelo plantão, que relata a ela que no evento haveria possibilidade de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, e a criança ou adolescente ficam nesse espaço durante o



acontecimento do evento, durante o jogo. Agora, nas Olimpíadas, ficarão durante os jogos olímpicos.

Em relação à estrutura, os comitês locais das 12 cidades-sede da Copa mobilizaram um efetivo de 2.500 profissionais dos três níveis de Governo: conselheiros tutelares, conselheiros de direito, profissionais da assistência social, saúde, educação, esporte e lazer, cultura, juízes, promotores e defensores públicos.

A SDH disponibilizou 40 servidores com dedicação integral para acompanhar os trabalhos da Agenda de Convergência, estabelecendo pontos focais nas 12 cidades-sede.

Eu fui ponto focal na cidade de São Paulo, e lá nós tivemos dois espaços, um espaço próximo à Fan Fest, que ficava ali no Vale do Anhangabaú, e um espaço que era um ponto na Arena Corinthians, onde nós conseguimos, com toda essa rede, mapear todo o entorno do estádio. Na cidade de São Paulo, tanto no estádio como na Fan Fest, não identificamos grandes violações, então, nós trabalhamos a promoção do direito da criança e do adolescente, como o Adelino já colocou, incentivando as pessoas a conhecerem o serviço do Disque 100.

Na Agenda de Convergência Proteja Brasil, nós tivemos nas 12 cidades — Brasília, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo — os comitês. E nós tivemos um *pool* de estratégias iniciais para cada cidade-sede dessas. Então, tivemos reunião de lançamento da Agenda; implantação dos comitês locais; assinatura do termo de cooperação entre Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal; o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro — PAIR; a equipagem dos Conselhos Tutelares.

Sobre essa equipagem, vou falar um pouquinho mais. Nós iniciamos essa equipagem pelas seis cidades-sede da Copa das Confederações e, depois, nós estendemos essa equipagem para as outras seis cidades da Copa do Mundo. Hoje, nós já chegamos a 2.152 Conselhos Tutelares que receberam um veículo, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um bebedouro e um refrigerador.

Quero dizer que o grande sucesso também dessa equipagem se dá em razão do apoio desta Casa e do Senado Federal, porque os Deputados Federais e



Senadores têm alocado recursos em suas emendas para esse fim, o que possibilita, num período mais rápido, nós entregarmos esses equipamentos aos Conselhos Tutelares em maior número. Então, nós já chegamos a 2.152 Municípios.

No Estado da Bahia, o Deputado Márcio Marinho é um grande parceiro para essa ação de equipar os Conselhos Tutelares.

Por que isso é importante? Porque os Conselhos Tutelares são quem recebe as denúncias do Dique 100, as denúncias de crianças e adolescente, então, o Conselho Tutelar é a nossa porta de entrada e é ele que filtra, identifica e aciona toda a rede de proteção para restabelecer o direito dessa criança e desse adolescente.

Ainda como estratégia, tivemos o plantão integrado; o espaço de convivência; e as equipes itinerantes.

É importante destacar que as equipes itinerantes ficavam entre a Fan Fest e o estádio, a arena de futebol, para poder dialogar com a sociedade e também levar a campanha do Disque 100.

As principais estratégias também compreendem ações de repressão e de proteção. Nas ações de repressão, nós tivemos a Polícia Civil mobilizada em nove Estados — Distrito Federal, Ceará, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Amazonas, Rio Grande do Sul e Paraná; a Operação Proteja Brasil I, da Polícia Federal; a Operação Ágata 8, nas fronteiras, que foi deflagrada pelo Ministério da Defesa; a portaria interministerial; e a Lei nº 12.978, de 2014, que passou a considerar como crime hediondo a exploração sexual ou favorecimento à prostituição de crianças, adolescentes e vulneráveis.

Dados do plantão integrado: em Belo Horizonte, o plantão realizou 22 atendimentos, sendo 11 relacionados a adolescentes que fizeram uso de álcool e outras drogas e seis de pessoas em situação de rua; em Brasília, realizou 59 atendimentos, sendo 22 relacionados a adolescentes que fizeram uso de álcool e drogas e 13 relacionados ao trabalho infantil familiar; Cuiabá realizou 43 atendimentos e, desses, 39 se referiam ao trabalho infantil; Curitiba realizou 18 atendimentos, dos quais nove eram relacionados ao trabalho infantil e 3 a uso de álcool e de outras drogas por adolescentes; Fortaleza realizou 147 atendimentos e, desses, 70 se referiam ao trabalho infantil e 25 a pessoas em situação de rua;



Manaus registrou 179 atendimentos, dos quais 64 eram relacionados a crianças e adolescentes perdidos ou desacompanhados e 34 a trabalho infantil; Natal registrou 256 atendimentos — Natal, durante a Copa do Mundo, sofreu com as chuvas, e as equipes do plantão local foram deslocadas para apoiar o atendimento às 250 famílias desabrigadas pelas chuvas; Porto Alegre registrou 99 atendimentos, sendo 49 relacionados ao trabalho infantil; Recife registrou 2 atendimentos, um relacionado ao trabalho infantil e um à exploração sexual de crianças e adolescentes; Rio de Janeiro registrou 17 atendimentos; São Paulo registrou 6 atendimentos; e Salvador, 220 atendimentos, sendo 84 relacionados a trabalho infantil e 75 de adolescentes em conflito com a lei.

Esses dados também nos dão alguns recortes para pensar o trabalho preventivo para as Olimpíadas, assim como nos deu recortes para pensar um trabalho preventivo que nós realizamos de formação continuada dos Conselhos Tutelares, que são as Escolas de Conselhos, que são formação continuada para conselheiros tutelares e conselheiros de direitos.

Uma inovação que surgiu já para a Copa das Confederações — e nós estamos aprimorando a cada dia mais esse aplicativo — é o aplicativo Proteja Brasil, um aplicativo para dispositivos móveis, desenvolvido para apoiar o cidadão na localização e acesso aos equipamentos públicos e aos serviços sociais de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. Ele foi lançado com a Copa das Confederações, passamos, com a Copa do Mundo, para 12 cidades e, gradativamente, para as capitais e, agora, estamos alimentando o banco de dados do aplicativo com os Municípios de até 300 mil habitantes. Depois, gradativamente, queremos chegar aos 5.570 Municípios brasileiros. Com ele, qualquer cidadão brasileiro pode, por georreferenciamento, do seu aplicativo, buscar o equipamento mais próximo: a Delegacia de Polícia, a Delegacia da Criança e do Adolescente nos Estados que possuem, a Delegacia da Mulher, o Conselho Tutelar. O cidadão pode fazer uma ligação imediatamente para esse órgão ou pode, através do GPS, se deslocar até esse equipamento.

Como o Adelino já colocou, ele faz automaticamente a ligação para o Disque 100, para que o cidadão possa também criar a cultura de denunciar as violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.



Foi uma iniciativa pioneira em georreferenciamento de equipamentos públicos voltados à proteção integral de direitos humanos de crianças e adolescentes. Foi desenvolvido através de uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência de República, o UNICEF, o CEDECA da Bahia, a empresa alagoana IlhaSoft e outros membros do Governo.

Os dados do aplicativo, no período de 12 de junho a 13 de julho, durante a Copa do Mundo: nós tivemos 8.928 *downloads* para Android, por pessoas que colocaram em seu *smartphone* o aplicativo; para iPhone, tivemos 5.084 *downloads*; e foram feitas 642 ligações do aplicativo para o Disque 100, de maneira que essas 642 pessoas, nesse período da Copa do Mundo, já acionaram o Disque 100 para realizar uma denúncia a partir do aplicativo Proteja Brasil.

Os dados comparativos do Disque 100 que nós temos entre 2013 e 2014, considerando o mesmo período da Copa do Mundo, junho e julho, são os seguintes: 9.730 denúncias em 2013 e, já no ano da Copa, 11.251 denúncias. É importante, e todos os dias nós incentivamos, que as pessoas conheçam o Disque 100. Essas são denúncias. Elas viram violações através da porta de entrada, que é o Conselho Tutelar, que aciona toda a rede de proteção da criança e do adolescente. Nós tivemos, entre 2013 e 2014, um aumento de 1.658 denúncias, o que corresponde a 17%.

No período da Copa, nós tivemos, em junho e julho, um total de 644 denúncias em São Paulo. Nesse quadro demonstrativo é possível ver que São Paulo foi, no *ranking*, a primeira cidade-sede com o maior número de denúncias. Ao todo, nas 12 cidades-sede, nesse período, são 3.004 denúncias de violações cometidas contra crianças e adolescentes.

Eu vou mostrar mais adiante aos senhores e às senhoras que nós tínhamos um localizador. Então, quando a pessoa ligava para o Disque 100, nós tentávamos identificar se ela estava no âmbito da Copa do Mundo ou se era uma denúncia fora da Copa, uma denúncia de violação de direitos humanos que não estava relacionada ao evento.

Com o marcador Copa do Mundo, nós tivemos ao todo, durante os jogos, 29 denúncias. Isso implica dizer também que o trabalho da Agenda de Convergência, além de identificar, era também um trabalho de prevenção às violações. Então os



comitês também trabalharam o entorno, nas Fan Fest, em toda a cidade, a proteção integral de criança e adolescente, para que não ocorresse violação de direitos humanos. Então, o baixo número de denúncias também reflete o sucesso da Agenda de Convergência, juntamente com ações da sociedade civil, dos organismos internacionais e dos Governos, nos três níveis — federal, estadual e municipal. Portanto, nós tivemos apenas 29 denúncias com o marcador Copa do Mundo, sendo, dessas, 25 contra crianças e adolescentes.

Ações da SDH — Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: apoio de projetos que visam à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes por meio de recursos financeiros com o apoio do CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; doação de conjunto de equipagens para os Conselhos Tutelares; implantação do grupo de trabalho para tratar da Agenda de Convergência para Obras e Empreendimentos.

Então, agora, esse mesmo modelo nós estamos discutindo, em todo o Brasil, com as grandes empresas, em todos os níveis de governo, visando à prevenção e à proteção integral de crianças e adolescentes em regiões de grandes obras e empreendimentos.

Nós estamos à disposição dos senhores e senhoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Marcelo.

Como última expositora, nós vamos ouvir a ilustre representante do sexo feminino, que faltava para abrilhantar os nossos trabalhos, a Inspetora Márcia Freitas, Coordenadora de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal. Para a minha alegria, a Marcia trabalhou no meu Estado, e o meu Estado, Sr. Presidente e ilustres Deputados, tem um problema muito grande de tráfico internacional de pessoas, e ela sabe disso. Nós temos uma fronteira imensa com a Venezuela e com a Guiana, com garimpo no outro lado do País, e temos muito tráfico de pessoas e uma rede de prostituição organizada, que ela conhece muito bem.

Por favor, Inspetora Márcia Freitas, V.Sa. tem a palavra. Muito obrigado por ter vindo.

**A SRA. MÁRCIA FREITAS** - Obrigada. Boa tarde a todos e todas.



A Polícia Rodoviária Federal tem trabalhado maciçamente desde 2003 no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e vem se articulando e estabelecendo parcerias, como já foi dito aqui por vários colegas, para poder combater efetivamente esse tipo de crime. Sozinho não é possível fazer nada. Nós precisamos estar articulados, melhorar a comunicação e responder, com eficiência e efetividade, aos anseios da nossa sociedade, que também são os anseios do Governo de enfrentamento da exploração.

Dentro das diretrizes e dos projetos da Polícia Rodoviária Federal no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, nós temos desenvolvido, já há 12 anos, o projeto Mapear, que consiste na realização do diagnóstico dos pontos de vulnerabilidade de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais, ao longo dos quase 70 mil quilômetros de estradas federais. A cada 2 anos, nós realizamos um diagnóstico e classificamos em nível de risco os estabelecimentos comerciais de hospedagem, os pontos ao longo das rodovias. Então, nós fazemos um trabalho de levantamento de dados e, em seguida, fazemos um trabalho de análise e de repressão dos pontos onde efetivamente há exploração.

É importante salientar que esse trabalho de mapeamento é de pontos vulneráveis, suscetíveis à exploração. São locais que possuem determinadas características que os tornam suscetíveis a uma futura ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quando há flagrante no local, quando há uma confirmação de exploração sexual de crianças e adolescentes, o local já não é um ponto vulnerável, mas um ponto efetivo de exploração. O projeto Mapear é permanente justamente para que esses pontos vulneráveis não se tornem pontos de efetiva exploração de crianças e adolescentes.

Nesse contexto da nossa discussão, pelo qual nós estamos aqui, hoje, é importante salientar que a ação da Polícia surgiu como uma necessidade de subsidiar o trabalho operacional com informações de inteligência, para que tivéssemos um planejamento e executássemos as nossas operações com mais eficiência. Nesse contexto, o projeto foi ganhando força e se torna intersetorial, porque agrega outros órgãos públicos e entidades não governamentais, como a



Childhood Brasil, citada aqui pelo colega Adelino, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério Público do Trabalho e a própria OIT. Então, esse trabalho foi ganhando corpo e hoje é um trabalho permanente da Polícia, que engloba não só o levantamento, o diagnóstico e a operação repressiva, mas uma série de ações para o efetivo enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas nossas rodovias.

É importante destacar — acredito que todos nós temos consciência disso — que o Brasil é um país de modal rodoviário. Então, mais de 80% das nossas economias circulam nas rodovias, e nelas, junto com as economias, também circula a criminalidade. Por isso, é preciso que haja um enfrentamento com inteligência, com planejamento, e maciço, permanente.

Durante grandes eventos no Brasil, a exemplo da Copa do Mundo — e também esperamos esse movimento nas Olimpíadas —, existe um fluxo intenso de veículos no Cone Sul, nos países do MERCOSUL, há uma entrada maciça de veículos no Sul do País, e a expectativa é que haja, sim, nas Olimpíadas uma grande entrada de turistas não só por via aérea, mas também pelo modal rodoviário. Por conta disso, a Polícia tem incrementado suas ações e parcerias, para que nós tenhamos — já estamos tendo, desde os primeiros grandes eventos — ações de capacitação, de sensibilização, tanto do efetivo policial quanto do público externo e das pessoas, dos motoristas que circulam nas nossas rodovias.

Um exemplo de integração, nessas campanhas educativas e de sensibilização, são os materiais distribuídos, que, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério Público do Trabalho e a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, têm sido feitos tanto em português quanto em espanhol, inglês — há alguns materiais em francês —, entre outras línguas, de modo que os turistas internacionais, ao serem abordados, recebam um pouco das orientações e entendam qual a postura do Brasil em relação à entrada deles, como disse o Adelino, qual o turista que queremos aqui. Eles precisam saber — não só quando chegam por via aérea, mas também por via terrestre — que o Brasil não tolera a exploração sexual de crianças e adolescentes, que não tolera o trabalho infantil, que não entende como turismo o turismo sexual, a exploração sexual de crianças e adolescentes, e sim como crime.



A Polícia Rodoviária Federal, por conta de uma característica que tem, muito importante para o desenvolvimento desse trabalho, que é capilaridade, tem conseguido atingir um público bastante amplo. Nós estamos presentes em mais de 3 mil Municípios, se considerarmos as áreas de circunscrição dos nossos postos, as delegacias e as equipes de ronda. Então, nós estamos presentes em boa parte do País e conseguimos, assim, atingir bastantes transeuntes, cidadãos, turistas que circulam nas rodovias do nosso País.

O projeto Mapear hoje engloba ações sistemáticas, como já falei, de inteligência de operações, mas também ações rotineiras, porque os dados coletados passam a incorporar a rotina dos policiais no País inteiro e eles permanecem monitorando aqueles pontos considerados de alto risco, ou pontos críticos. E também, a partir desse trabalho, nós temos nos empenhado na articulação institucional e no fortalecimento da rede, não só da rede repressiva, mas também da rede de acolhimento, encaminhamento e responsabilização, fazendo parte dos diversos comitês, das agendas de convergência, dos Centros Integrados de Comando e Controle, para que possamos otimizar os nossos recursos humanos e logísticos e, assim, conseguir realizar um enfrentamento mais eficiente dos crimes de violação aos direitos humanos, em especial dos crimes de violação aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em relação especificamente às Olimpíadas, nós estamos trabalhando integradamente com os outros órgãos para que esse enfrentamento permaneça de forma maciça e articulada. Além de reforçar a atuação nos cinturões urbanos, no caso, especificamente, no cinturão do Estado do Rio de Janeiro e de outras cidades que receberão atletas e delegações, nós reforçamos a atuação nas rodovias que compõem o entorno dos eventos, não internamente nas arenas, mas em todas as rodovias que circundam o entorno dos eventos, no caso específico das Olimpíadas e Paralimpíadas.

Nós estamos à disposição para somar, para receber sugestões e denúncias, tanto através do Disque 100, por conta de termos uma integração já muito bem estruturada com a Secretaria de Direitos Humanos, quanto também através do 191, porque hoje qualquer cidadão, de forma identificada ou anônima, pode ligar gratuitamente de qualquer meio telefônico, celular, telefone público, telefone fixo, e



fazer uma denúncia. Essa ligação já vai ser direcionada para a unidade operacional mais próxima, considerando o ponto de onde está partindo o chamado, de modo que consigamos ter um tempo de resposta reduzido e, assim, ser mais eficiente no enfrentamento dos crimes e no atendimento à sociedade.

Então, estamos à disposição no 191, no Disque 100 e no *e-mail* [direitoshumanos@prf.gov.br](mailto:direitoshumanos@prf.gov.br), para receber sugestões, solicitações, denúncias e direcioná-las para uma das nossas mais de 450 unidades operacionais espalhadas pelo País, que tenha circunscrição naquela região e possa atender à ocorrência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Inspetora Márcia.

Agora, agradecendo mais uma vez a exposição dos ilustres componentes desta Mesa, eu vou passar aos debates, iniciando pela manifestação do nosso Presidente da Comissão, Deputado Márcio Marinho.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO** - Deputado Hiran Gonçalves, autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública, nesta tarde de terça-feira, mais uma vez quero parabenizá-lo pela iniciativa. V.Exa. mostra sua preocupação, que é de todos nós brasileiros, principalmente de nós que somos pais. Sabemos que as crianças e os adolescentes, por ainda não terem uma formação completa, na maioria das vezes acabam sendo cooptados ou manipulados facilmente por determinadas pessoas.

Sabemos que nós vamos ter, no ano que vem, um grande evento, um evento extraordinário. O nosso Governo tem se preocupado muito em fazer uma belíssima festa e em fazer com os nossos atletas ganhem várias medalhas. E nós não podemos ficar inertes em relação às informações que o Disque 100 nos tem trazido a respeito do que tem acontecido com crianças e adolescentes nesses grandes eventos.

Muito embora acredite no grande esforço que o Governo tem feito, até porque nós não compactuamos com isso, o Brasil não compactua com isso, o fato é que têm acontecido várias questões. E esta Casa tem que se pronunciar em relação ao que nos chega e, ao mesmo tempo, chamar aqueles que estão à frente dos trabalhos de repressão para nos informar sobre as coisas que estão acontecendo.



Eu ouvi a exposição do Dr. Marcelo. O meu Estado e a minha Capital, Salvador, estão quase no topo do *ranking*, e vemos que realmente o problema tem acontecido. Eu ouvi os senhores fazendo a exposição. Aliás, um pedaço dela, até porque eu tive que sair e passar a presidência dos trabalhos ao autor do requerimento, pois a terça-feira aqui é complicada, não é, Deputado Hiran? São tantas atividades ao mesmo tempo: participei do lançamento de uma frente parlamentar em defesa do idoso na Câmara Distrital, peguei um engarrafamento arretado, almocei correndo, vim para cá para fazer a abertura desta audiência pública, fui à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional recepcionar o Embaixador Nelson Cosme, angolano, e voltei para cá correndo. Por isso, eu perdi uma parte da exposição dos senhores. E, ao chegar aqui, eu formulei algumas perguntas, que tanto o Marcelo como a Dra. Márcia e os advogados aqui presentes do Ministério da Justiça certamente terão condições de me responder.

Eu estava aqui ouvindo a Dra. Márcia, e ela disse o seguinte: que precisava melhorar a comunicação da Polícia Federal com os órgãos do Governo. Melhorar em quê? Ficou um vácuo ali. Não está acontecendo essa comunicação? A Polícia Federal tem um papel muito importante na investigação nas fronteiras, no acompanhamento do mapa do turismo sexual. A responsabilidade da Polícia Federal é muito grande, e me causou uma preocupação, Dra. Márcia, a senhora dizer que a comunicação com o Governo deveria melhorar. Queria saber da senhora como, então, está se dando essa comunicação. Se você está ao telefone e a outra pessoa está falando em hebraico, em aramaico, e você em português, imaginem onde vai dar isso.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer é: tem havido alguma orientação por parte do MEC, do Ministério da Justiça ou da Secretaria de Direitos Humanos em relação às orientações nas escolas? Se nós considerarmos o número de meninos e meninas que são cooptados para o turismo sexual, seu nível cultural e intelectual, vamos ver que boa parte deles é oriunda de escolas públicas. Queria saber a resposta do Dr. Marcelo ou do Ministério do Turismo, do Dr. Adelino, de quem puder me responder, até porque eu acho que a escola é uma grande parceira no combate ao turismo sexual.



Já dizia meu pai, um matuto do interior do Rio de Janeiro, que quem tem informação tem poder. Imaginem que meu pai, um homem matuto, sem nenhuma formação intelectual, já falava que quem tem informação tem poder, dada a importância que têm as escolas e dada a importância que tem a comunicação, para que possamos mostrar a essa criançada o risco que é dar ouvidos a pessoas que não conhecem — e também a pessoas que conhecem, porque, na maioria das vezes, boa parte dessas crianças são cooptadas para o turismo sexual pela própria família.

Então, eu queria fazer essa pergunta.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer é se nós teremos campanhas voltadas para o despertar dessas crianças no período das Olimpíadas do ano que vem. Sabemos que o Governo Federal, e não deveria ser diferente, tem que estar sempre informando o povo brasileiro sobre suas ações. E a comunicação tem um papel fundamental, o rádio, a televisão, numa parceria, para que possamos orientar esses meninos e essas meninas e, não somente isso, também mandar recado para os cooptadores dessas crianças.

Aí eu volto a falar com a Dra. Márcia. A Polícia Federal já tem um mapa das pessoas que se beneficiam do turismo sexual de crianças e adolescentes? Certamente tem. Lembro que em certa ocasião uma pessoa foi roubada e eu cheguei a ir até a Polícia Civil, no meu Estado, que me mostrou um CD com aproximadamente 700 fotos de puxadores de carro. Será que a Polícia Federal tem um mapa das pessoas que se beneficiam, infelizmente, do turismo sexual de crianças e adolescentes? Se ela tem, o que está sendo feito para impedir que esses criminosos novamente voltem a usar essas pessoas?

Da mesma forma, para concluir, porque acho que a Deputada Erika Kokay também quer usar a palavra, lá no meu Estado a polícia estadual tem um baralho com o nome e a foto dos criminosos que são procurados. Se a Polícia Federal tem informação sobre essas pessoas que se utilizam de crianças e adolescentes — as pessoas que fazem isso, a maioria delas, são reincidentes; geralmente são as mesmas pessoas —, pergunto se seria possível, através de jornais, revistas ou até mesmo da própria televisão, no período das Olimpíadas, nós fazermos a exposição delas. Uma vez detectado realmente se são criminosos da área, seria possível



fazermos a mesma coisa que é feita no meu Estado da Bahia, que tem possibilitado à polícia estadual prender esses criminosos? Porque o que não podemos aceitar é termos informação concreta de que eles são criminosos, Deputado Hiran, e não fazermos nada para que a polícia possa prender essas pessoas.

Por ora, seriam essas as perguntas que eu gostaria de fazer à Mesa, e ficarei aqui ansioso por ouvi-los.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Bom, para dar mais dinâmica aos nossos debates, eu pediria que os ilustres expositores anotassem as perguntas e, ao final, cada um vai fazer considerações sobre o que foi colocado aqui pelos nossos Deputados.

Eu queria registrar a presença do nosso coautor do requerimento, Deputado Antônio Jácome, que certamente estava ocupado. Hoje, como todo mundo já sabe, é um dia complicado para nós. Eu faltei a um compromisso para estar aqui.

Passo a palavra para a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu queria parabenizar as três Comissões pela realização deste evento e dizer que tive a oportunidade de presidir Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Naquele momento, nós fizemos uma série de eventos relativos ao fato de o Brasil sediar a Copa do Mundo, com as mesmas preocupações que nós temos explícitas aqui, nesta audiência pública, porque achamos que, para o Brasil se preparar para sediar algum evento do porte de uma Olimpíada ou de uma Copa do Mundo, seria necessário muito mais do que dotar o País das instalações esportivas necessárias, sejam estádios, ginásios ou pistas, e de uma infraestrutura hoteleira para abrigar os turistas. Preparar o Brasil para eventos dessa magnitude significa proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Nós realizamos, naquela ocasião, um seminário com todos os Comitês de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes das cidades que iriam sediar os jogos da Copa das Confederações, em primeiro lugar. Depois, acompanhamos a Agenda de Convergência, que aqui foi apresentada pelo Marcelo, para ver como se disponibiliza o conjunto dos órgãos de proteção, o sistema de proteção às crianças e



aos adolescentes durante os jogos, mas, também, como se estabelece uma política de preparação, de conscientização e de prevenção, aqui levantada pelo Deputado Márcio Marinho com muita propriedade — como é que se prepara o País.

Na CPI da violência sexual, nós conseguimos detectar mais de 200 rotas de exploração sexual de crianças e adolescentes aqui no Brasil. E conseguimos detectar que há um processo, que é muito doído e que macula a nossa própria concepção de democracia e o nosso respeito à infância e à adolescência, por parte dessa cadeia de vitimização que atinge essas crianças e esses adolescentes.

No caso da exploração sexual, via de regra, eles são empurrados para essa situação em função das dificuldades, das desigualdades sociais, e são revitimizados ao terem que abrir mão do seu próprio corpo, do desenvolvimento de uma sexualidade correspondente à sua faixa etária. Depois, elas abrem mão da sua própria fala, porque muitas vezes a fala não é considerada, e são revitimizadas, mais uma vez, quando são culpabilizadas.

Na exploração sexual, há uma culpabilização muito grande das adolescentes. Não há uma identificação delas como vítimas por grande parte da própria sociedade. E é preciso que rompamos com isso, porque aí nós rompemos com uma série de discriminações: a discriminação étnica; a discriminação social; a discriminação adultocêntrica — é como se criança não tivesse direito de ser gente, fosse apenas um objeto a serviço do adulto; e a discriminação de gênero, porque, via de regra, são pessoas do gênero feminino as maiores vítimas da exploração, da violência sexual.

Portanto, é muito importante que nós tracemos aqui essa discussão. E penso eu que nós deveríamos chamar, numa próxima audiência, o Comitê Organizador das Olimpíadas, porque é muito importante que ele tenha um compromisso, um compromisso do ponto de vista da divulgação das medidas de prevenção, e que nós possamos disponibilizar o serviço.

No Estado do Deputado Marinho, nós tivemos a oportunidade de conversar com o então Governador Jaques Wagner, e ali ele falou sobre uma experiência que houve em Salvador na época do carnaval, quando eles disponibilizaram creches temporárias durante o período pré-carnavalesco e durante os dias do Carnaval, para



que as pessoas que trabalharam nesse período pudessem deixar seus meninos e meninas com segurança.

É muito importante que nós pensemos isso, pensemos que nós precisamos de instalação para os atletas, de espaços para as disputas olímpicas, mas é importante que nós também tenhamos os espaços de proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes, que nós tenhamos uma agenda própria para os nossos adolescentes, para as nossas crianças.

Via de regra, nós tínhamos muita preocupação com o fato de as aulas serem suspensas, porque, com as aulas suspensas, onde ficariam os meninos e meninas que não conseguem adentrar um estádio ou um ginásio? É importante que nós tenhamos toda uma preocupação nesse sentido.

De toda sorte, eu acho que a experiência da Copa do Mundo foi exitosa, até porque o Brasil tem outras experiências de receber grandes eventos, como o Ano-Novo no Rio de Janeiro, o Carnaval, no Rio de Janeiro, o Carnaval, na Bahia, o Boi-Bumbá, em Parintins. Há várias experiências de grandes eventos, e é preciso que essas medidas de proteção sejam generalizadas, que nós possamos adaptá-las — obviamente, considerando que são condições diferenciadas — ao nosso cotidiano.

E eu digo isso, Deputado Marinho, porque no Pará, por exemplo, nós tivemos, no Município de Breves, uma audiência pública e, ali, vimos como os barcos são utilizados como espaços de roubo da infância, como os botes transportam essas meninas que são oferecidas e vendidas, como se mercadorias fossem.

E nós temos uma dificuldade muito grande, porque se trata de uma estrutura fluvial muito, muito intensa. Aí, digo que é preciso que nós envolvamos as capitânicas dos portos, para que tenhamos esse nível de controle. Há um trabalho da Polícia Rodoviária Federal que reputamos importante — e temos a maior consideração e o maior respeito pelo trabalho tanto de identificação dos pontos vulneráveis como de resgates —, mas sabemos também das limitações.

Quantas vezes a Polícia Federal resgata um menino ou uma menina que está em situação de exploração sexual e depois resgata esse mesmo menino ou essa mesma menina no ano seguinte? Isso acontece porque a estrutura do Estado, para poder interromper a situação de violência sexual, ainda é precária.



Eu costumo dizer das coisas que a gente não esquece, por mais que a gente viva, como a fala de uma menina que ouvi numa capital do Nordeste. Ela dizia que tinha sido vítima de violência sexual com 11 anos — ela tinha 13 anos — e falava: “*A minha vida acabou. Eu não sirvo mais para nada, porque nunca eu vou conseguir ter uma família, pois já não sou pura.*” Essa menina não tinha recebido nenhum tipo de atendimento do Estado nos CREAs, que deveriam atendê-la, para que pudesse ressignificar a sua própria vida.

Portanto, não temos apenas que prevenir — é importante que nós possamos prevenir —, mas dotar os locais onde acontecerão os jogos e as proximidades de uma estrutura, de uma comunicação e de uma rede de proteção já existentes, mas que poderão ser concentradas, como houve durante a Copa do Mundo, uma experiência muito exitosa. E que nós possamos também, identificadas as situações de turismo sexual, de exploração sexual, ter estrutura para atender essas meninas e esses meninos.

Eu encerro apenas lembrando que, dentre tantas proposições que a CPI teve, uma delas é de federalização dos crimes de violência sexual contra crianças. Digo isso, porque nós tivemos muita dificuldade em um Município específico do Amazonas, chamado Coari, onde se estima haja dezenas de crianças vítimas de violência sexual, meninas entre 9 e 12 anos, numa estrutura mais do que nítida, que levou, inclusive, pelo trabalho da CPI, à cassação e à prisão do Prefeito.

Ali o que nós vimos foi a dificuldade de romper com os mantos da impunidade e a necessidade de deslocamento de competência, particularmente quando há poder econômico e poder político, porque as estruturas ficam muito promíscuas. O poder econômico e o poder político, em determinadas localidades, tendem a estender os tentáculos da impunidade, e a impunidade naturaliza a violência, além de fraquejar o Estado Democrático de Direito. As pessoas têm medo de denunciar quando há a impunidade, porque acham que nada vai acontecer e que serão elas as punidas por terem a coragem de fazer essa denúncia. São sugestões.

Nós fizemos um pacto com a CBF à época. Sabemos que a Copa foi organizada pela FIFA, mas com a CBF fizemos um pacto para que os clubes pudessem se envolver no combate à exploração sexual. Espero que o Comitê Organizador, repetindo o caráter absolutamente profícuo desta audiência, possa



estar aqui, possa construir um pacto com uma série de determinações de prevenção, de discussão, enfim, com uma série de ações que o Governo brasileiro já tem condições de ofertar e de replicar durante esses eventos esportivos.

Encerro, parabenizando mais uma vez as três Comissões também V.Exa., Deputado, pela condução dos trabalhos na Presidência desta audiência pública.

Enquanto convivemos com violência sexual contra a criança e o adolescente, vamos questionar se vivemos realmente num País livre, soberano e democrático.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Deputada.

O próximo inscrito é o Deputado Marcelo Matos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO MATOS** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os Deputados Hiran, Valadares e Antônio pela iniciativa. Quero parabenizar esta Comissão pelo grande tema que vem sendo abordado quanto a grandes eventos.

Eu sou do Rio de Janeiro, presidi a Comissão que fiscalizou as obras da Copa do Mundo. Só que hoje nós temos um evento se aproximando que é bem maior do que a Copa do Mundo, que envolveu 32 países e mais ou menos 3 mil atletas, incluindo as comitivas. Esse é um evento com 206 países, que conta com mais de 12.500 atletas, fora as comitivas.

Haverá uma invasão no Estado do Rio de Janeiro. Eu queria fazer uma pergunta para Márcia Freitas, a ser compartilhada também pelo Ministério da Justiça: como a Polícia Rodoviária Federal tem feito o controle nas rodovias? Eu sou do Rio de Janeiro, e, na Copa do Mundo, houve uma invasão de argentinos, paraguaios, uruguaios, que estavam pelo Rio de Janeiro, sem ter onde ficar. O Prefeito deu um jeito na hora: colocou-os próximo à Central do Brasil. Essa é uma preocupação também que deve ser levada ao Comitê Organizador.

Gostaria de saber se há essa preocupação, porque nós sabemos que o povo brasileiro tem um atrativo maior aos olhos do turista, principalmente as nossas crianças, e se a Polícia Rodoviária Federal hoje tem efetivo suficiente no Rio de Janeiro ou se serão deslocados policiais de outras regiões para suprir a necessidade do Estado.



Eu tenho recebido informações de que existem vários postos da Polícia Rodoviária Federal fechados e viaturas paradas por falta de efetivo, e isso preocupa, quando percebemos a Polícia Rodoviária Federal como um grande responsável nessa fiscalização das estradas. Eu sou um defensor do aumento do efetivo da Polícia Rodoviária. Vocês fazem um grande trabalho. Mesmo com a carência de efetivo, vocês se desdobram, fecham um posto, colocam policial no outro para fiscalizar, se deslocam para outro posto.

Então, nós temos essa preocupação — acredito que não seja só do Rio de Janeiro, mas principalmente — durante esse grande evento que vai ser realizado no Estado. O que o Ministério da Justiça está pensando quanto à questão da falta de efetivo da Polícia Rodoviária Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Matos.

O Deputado Pedro Fernandes, que seria o próximo inscrito, já não está presente. Então, antes de passar a palavra aos expositores, para fazerem as considerações finais — pela primeira vez, nós estamos inovando aqui, em relação às nossas audiências públicas; nós estamos tendo a participação da sociedade através da Internet —, eu vou ler algumas observações e perguntas feitas pelos nossos ouvintes, nossos telespectadores. Quem achar que vale a pena fazer alguma referência a essas participações, que o faça.

A Sra. Gerlane diz:

*“Precisamos realmente fortalecer o processo de conscientização social, fazer com que a sociedade consiga diferenciar o que é crime do que é costume. As nossas crianças e jovens precisam ser respeitados”.*

Erasmão Neto diz:

*“O dinheiro cega; a propaganda informal desperta o desejo”.*

Jorge Alberto da Silva Miranda Júnior diz:

*“Precisamos mesmo é da conscientização das pessoas e de denúncias de possíveis locais de exploração sexual”.*

Gerlane, novamente:

*“Boa, Erasmão! Precisamos melhorar a legislação sobre o assunto. A Comissão pode se empenhar sobre o tema”.*



E Erasmo Neto responde:

*“Conscientização, sim. Denunciar é arriscado, pois podemos correr o risco de denunciar para infiltrados no grupo que recebe a denúncia”.*

Rafael Vila Nueva diz:

*“Talvez uma campanha durante as Olimpíadas, feita pelo Governo, em rede nacional de TV, sobre o Disque 100, por exemplo, caso se veja algo de exploração sexual de menor, pois é difícil o Estado estar em todos os locais, mas, se o povo for conscientizado e usar o Disque-Denúncia, talvez a coisa diminua nessa data”.*

Cida Sales faz a pergunta seguinte:

*“Como as instituições de ensino poderão contribuir com a campanha contra a exploração sexual, já que exercem um papel importante na formação do cidadão?”*

Jorge Alberto da Silva Miranda Junior pergunta:

*“O que nós vamos fazer para acolher vítimas desse turismo sexual? Como a saúde pode ajudar na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que estão expostas a drogas e doenças sexualmente transmissíveis? A segurança pública e a área da saúde têm um planejamento para coibir o turismo sexual?”*

Cida Sales pergunta:

*“Como o esporte pode erradicar, senão coibir a exploração sexual durante as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016?”*

Jorge Alberto da Silva Miranda Júnior diz:

*“O turismo sexual está ligado ao narcotráfico e à falta de leis que criminalizem tais fatos”.*

Ele também finaliza dizendo:

*“Quando se fala de turismo sexual, pensa-se somente na exploração sexual momentânea. Não atentamos ao tráfico de pessoas e à captura de cafetões e cafetinas.”*

Eu vou passar a palavra aos nossos expositores na mesma ordem em que aconteceram as suas exposições na primeira parte desta audiência pública.

Então, vou passar inicialmente a palavra ao Embaixador Agemar Sanctos, do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.



**O SR. AGEMAR DE SANCTOS** - Muito obrigado, Deputado.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos são uma grande oportunidade para o Brasil, que obviamente traz seus riscos, e esse é um risco. Nós do Comitê Organizador, que organizamos o evento em si, estamos dispostos a colaborar com todas as autoridades no que for possível para combater esse tipo de risco e outros.

Naturalmente existe uma diferença, como foi notado, como foi mencionado aqui, entre os públicos: o público da Copa do Mundo, por exemplo, e o público dos Jogos Olímpicos, que é de outra qualidade. Os Jogos Olímpicos são um evento com uma multiplicidade de esportes que não tem, por exemplo, a intensidade do futebol. Quer dizer, nós vamos ter pela primeira vez agora nos Jogos Olímpicos o rúgbi, que dizem ser extremamente violento dentro do campo e fora do campo um esporte de família. O futebol, não. O futebol pode ser violento no campo e fora dele.

Nós temos outros esportes, como *badminton*, natação, atletismo, em que os públicos são bastante diferentes do público do futebol. Nós temos obviamente também os nossos torneios de futebol masculino e feminino, mas, por serem torneios de caráter olímpico, não têm essa intensidade que tem a Copa do Mundo. Então, quanto a isso, a nossa preocupação diminui um pouco.

Agora, eu vi aqui mencionada a questão das ações que têm que ser feitas para coibir situações, para ajudar na educação das crianças, na proteção dos menores. Nós temos, no Comitê Organizador, um programa de educação, porque uma das razões principais de nós termos os Jogos Olímpicos no Brasil é a promoção do esporte. Nós temos 80 milhões de jovens e adolescentes sendo atraídos pelo esporte, pelos valores esportivos, que são uma arma, um instrumento eficientíssimo para combater esse tipo de ilícito.

Nós temos obviamente uma grande movimentação na área de acomodação. Como eu disse, nós vamos receber um grande número de turistas no Rio de Janeiro e estamos atentos. Por exemplo, a nossa área funcional de acomodação reitera, junto aos hotéis que chamamos de hotéis da família olímpica, a legislação em vigor, a qual coíbe esse tipo de ilícito, para que as pessoas pelas quais nós somos responsáveis não os cometam.

Nós temos um programa de credenciamento, que é levado em parceria com a Polícia Federal, a ABIN, o Ministério das Relações Exteriores e todas as agências



internacionais de informações criminais, como a INTERPOL, o FBI, a Scotland Yard, as polícias dos países europeus, da África do Sul etc., que vão fazer a varredura de todas essas 200 mil pessoas que vão receber credenciamento para participar dos jogos.

Obviamente uma porcentagem bastante significativa é de estrangeiros. Aí nós já estendemos esse tipo de varredura à questão do terrorismo também. Mas, no caso do Brasil, nós teremos todas as instituições policiais e de justiça fazendo a varredura dessas pessoas que vão receber credenciamento. Isso já é para nós uma grande segurança. Se houver qualquer denúncia, se houver qualquer questão pendente no Judiciário, essas pessoas não terão direito a credenciamento.

Então, a nossa postura é de total e completa colaboração com os órgãos públicos, já que nós não temos, como Comitê Organizador, poder de polícia ou poder de Estado. Nós somos apenas um comitê que vai organizar um evento, um grande evento, do qual eu tenho certeza de que o Brasil vai ter muito orgulho no final. E esse evento, para que esteja à altura do que nós queremos, não pode prescindir dessa colaboração e da repressão eficiente a esse tipo de ilícito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Embaixador.

Antes de passar a palavra para o Dr. Adelino Silva Neto, eu queria estabelecer, com a devida vênua do nosso Presidente da Comissão, um tempo de 4 minutos para as considerações finais, até em respeito aos nossos colegas Deputados, porque daqui a pouco vão começar as votações no plenário, e há temas palpitantes a serem debatidos, e eu queria ver se conseguimos chegar lá no tempo adequado.

Com a palavra o Dr. Adelino Silva Neto, Coordenador-Geral de Proteção à Infância do Ministério do Turismo.

**O SR. ADELINO SILVA NETO** - Muito obrigado.

São várias questões e o tema é instigante. Em relação ao que V.Exa., Deputado Márcio Marinho, falou sobre as escolas envolvidas, durante esse período de preparo pré-Copa, o Ministério do Turismo foi acompanhado da União Marista do Brasil. Foi desenvolvida uma campanha chamada *Defenda-se*, com uma linguagem



de criança para criança, na abordagem desse tema. Ela serviu de exemplo para que nós pudéssemos difundir o tema, porque até então era sempre o adulto falando para a criança.

O Ministério da Educação tem um programa chamado Escola que Protege e fez um guia aos professores como forma de capacitação de docentes em relação a essa temática. Se não me falha a memória, o guia é do ano de 2011. Então, o Ministério da Educação coordena esse trabalho.

Em relação à campanha, nós temos uma campanha só para mostrar a questão de unicidade, tendo em vista que, quando se avoluma essa questão da divulgação da exploração sexual de crianças e adolescentes, nós temos um resultado mais largo e forças maiores trabalhando.

Nós temos a *Campanha Proteja — Não Desvie o Olhar*. Essa campanha se iniciou antes da Copa do Mundo e vai até às Olimpíadas, no mesmo formato. Em uma comissão intersetorial, Ministérios, demais órgãos, sociedade civil organizada, todos optaram em trabalhar com essa mesma formatação. Com isso, nós conseguimos hoje produzir uma quantidade maior de materiais.

Essa campanha é permanente e se acentua em ocasiões como: no final do ano, onde há uma campanha de verão, quando o Brasil recebe uma quantidade maior de turistas; no Carnaval; nas grandes festas localizadas, como o São João, no meio do ano; próximo ao Dia da Criança, em 12 de outubro; no dia 12 de junho, quando temos a questão do trabalho infantil; no dia 18 de maio, que se aproxima, também são multiplicados materiais.

Nós mandamos inclusive por via eletrônica em uma base, e os hotéis, os bares e restaurantes reproduzem. Utilizam-se de diversos equipamentos, garrafinhas de água e outras mais, como forma de estimularem as pessoas a denunciar, esclarecendo que a denúncia do Disque 100 é feita 24 horas e é anônima — ninguém será identificado. Este é realmente um dos receios das pessoas ao fazerem esse tipo de denúncia: acham que elas mesmas podem ser punidas. Essa denúncia realmente contribui.

Sobre a questão de legislação, que foi colocada pelos telespectadores, no caso a Gerlane, nós temos uma vasta legislação, e ela tem sido utilizada. No ano



passado, o Conselho Nacional de Justiça orientou os juízes para que dessem inclusive celeridade nos processos que tratassem de crianças e adolescentes.

Nós temos feito uma divulgação pelo Brasil afora, junto à Academia, para que também se produzam muitos trabalhos acadêmicos, livros, debates, porque tudo isso ajuda na discussão desse fenômeno social tão complexo, que não tem uma causa só a que nós possamos chegar e realmente resolver o problema de uma vez por todas. E que não se caia, como foi dito aqui, na questão de achar que tudo isso é normal.

Em relação à conscientização, ela vai ser cada vez mais ampliada. Hoje os hotéis já se apropriaram. Para se ter uma ideia — o senhor, que é da Bahia —, tivemos o privilégio de estar naquela terra linda, em Porto Seguro, onde foi lançado o bloco do Disque 100, uma ação premiada pelo SEBRAE e Ministério do Turismo. No Carnaval, que teve, em média, 150 mil pessoas, nós fomos lá ajudar nesse lançamento e apoiá-lo institucionalmente. Dessa maneira, o tema vai sendo apropriado pela própria sociedade, que faz toda essa divulgação, o que, para nós, é muito bom. É importante quando um local onde o turismo é uma das principais atividades econômicas divulga uma temática que merece atenção quanto essa, da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, deixo aqui os parabéns ao pessoal da Bahia, de Porto Seguro e toda a região, onde, como já disse, estiveram em torno de 150 mil pessoas no Carnaval, e a questão do Disque 100 foi tratada com música e marchinhas. Para nós, foi uma honra ter participado desse evento.

Sem dúvida, a denúncia é muito importante para o trabalho de prevenção que desenvolvemos com essas comissões, dentro do Governo e com a sociedade civil. E as instituições de ensino serão, cada vez mais, grandes alavancas da discussão dessa temática por todo o Brasil.

O Ministério da Saúde também se fez presente. Já foi falado aqui da importância do Ministério da Saúde nesse trabalho. Eles desenvolveram uma ficha de notificação, porque, às vezes, a criança e o adolescente vitimados não falam e, quando chegam ao hospital, lá existe uma ficha de notificação. O nosso grande objetivo é ter um sistema só de notificação dessas ocorrências.



Hoje a leitura que se faz da denúncia é das pessoas que foram lá e disseram que a situação realmente ocorreu. Mas nós sabemos que tem muitos casos que não são denunciados. Então, a ficha de notificação do Ministério da Saúde, desenvolvida junto com os demais parceiros, nos hospitais, nos ajuda na questão do Disque 100.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito Obrigado, Dr. Adelino.

Antes de passar a palavra para o Dr. Vitor, do Ministério da Justiça, queria registrar a presença das ilustres Deputadas Maria Helena e Benedita da Silva, a quem eu passo a palavra para fazerem as considerações que acharem pertinentes.

Primeiramente para a Deputada Maria Helena, minha comadre. Por favor.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Com muita honra.

Não poderia deixar de passar nesta audiência para deixar aqui a minha homenagem ao Deputado Hiran Gonçalves, autor do requerimento para a realização desta audiência pública, e também ao Deputado Márcio Marinho, Presidente desta Comissão, e a todos os senhores que representam os órgãos envolvidos nos Jogos Olímpicos e que estão aqui conosco, dialogando, discutindo, buscando encontrar caminhos para combater esses crimes que acontecem todos os dias, mas que infelizmente se intensificam quando nós temos um evento que deveria engrandecer o nosso País e que, infelizmente, muitas vezes, em função desses crimes, nós temos prejudicada a nossa imagem e muitas vidas destruídas.

Eu trago, portanto, o meu cumprimento, a minha homenagem ao Deputado Hiran Gonçalves, de quem eu, com muito orgulho, sou comadre e amiga. Deixo aqui também o meu pedido de desculpas, porque hoje coincidiu a realização desta audiência com a votação de matérias importantes, inclusive da Medida Provisória nº 660, que é essencial para os servidores dos extintos territórios federais. E nós, como representantes do Estado de Roraima, preocupados, temos que acompanhar o desenrolar das negociações dessas votações.

Então, o meu pedido de desculpas, Deputado Hiran, é por não ter participado de toda esta audiência tão importante para o Brasil, principalmente para nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Deputada Maria Helena. Eu queria só dizer que o fato de V.Exas. terem chegado agora não significa falta de atenção com a nossa audiência pública. Nós enfatizamos aos nossos convidados que hoje é um dia muito difícil para nós. Vamos ficar aqui até mais tarde. Eles vão ver, vão acompanhar inclusive na mídia.

Aqui já passaram hoje, com a presença de V.Exas., 60 Deputados que vêm, participam um pouco, vão para as votações, para as Comissões, para as CPIs, enfim. Nós não tomamos isso como falta de atenção, mas, sim, porque temos muitas obrigações, muito trabalho aqui, principalmente na terças, quartas, quintas-feiras, quando há uma dinâmica de trabalho muito grande dentro da Casa.

Vou passar a palavra para a Deputada Benedita da Silva, que, por ser do Estado sede dos Jogos Olímpicos, deve estar muito interessada nessa matéria.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não vou pedir desculpas. Estava realmente trabalhando, estava numa CPI, da qual faço parte, que também cuida da questão da violência, extermínio da juventude negra brasileira. Tive que sair e disse: *“Vou, antes que termine a reunião.”*

Quero cumprimentar o nosso querido Deputado Márcio Marinho que, na verdade, foi quem chamou minha atenção para que eu não faltasse, mas hoje foi um dia de muito movimento. Eu estou vice-Líder da bancada, então outras reuniões tiveram que ser incorporadas nas articulações e negociações das votações de hoje.

É uma grande satisfação saber que o meu Estado, que vai sediar as Olimpíadas, é tema de uma audiência pública, quero crer, de alto nível. Pena que perdi parte dela, mas vou procurar os registros, até porque tenho realmente um interesse muito especial pelo assunto.

Uma das coisas que, no passado, nesta Casa, nós investigamos foi a questão da prostituição infantil. E o Estado do Rio de Janeiro foi um dos que, na época, tinha se apresentado em segundo lugar onde essa manifestação, que é terrível, se dava. De lá para cá, com muitas ações e políticas públicas, as coisas foram mudando, evidentemente.

Eu espero que hoje nós tenhamos mais condições de investigar, de apurar, de punir e de acompanhar principalmente esse turismo que infelizmente tem



envolvido crianças, podemos assim dizer. E algumas dessas crianças são vítimas também de adultos nesse contexto.

Mas as Olimpíadas no Estado do Rio de Janeiro certamente vão trazer para nós não só momentos ruins, mas muitos momentos bons. O Estado e a cidade estão um pandemônio no trânsito, mas isso é para que possamos proporcionar grande receptividade, uma cidade com mais segurança para que os jogos possam acontecer com melhores resultados do que foi a Copa do Mundo para nós.

Eu agradeço muitíssimo e peço desculpas por ter chegado só no final, Deputado Hiran Gonçalves.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Deputada. V.Exa. só abrilhanta a nossa audiência pública. Muito obrigado pela sua presença e pelas suas considerações. Obrigado à Deputada Maria Helena também, pelas suas considerações.

Volto a palavra aos expositores. Vamos ouvir as considerações finais do Dr. Vitor Neves Feitosa.

**O SR. VITOR NEVES FEITOSA** - Boa tarde, Deputado Márcio Marinho. Só quero prestar alguns esclarecimentos em relação a algumas colocações que V.Exa. pontuou.

A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, criada no âmbito do Ministério da Justiça, não tem atribuição específica de combate à exploração sexual. Ela foi criada para coordenar a atuação integrada dos órgãos na operação de segurança dos grandes eventos, e fez isso com grande êxito na Copa das Confederações e na Copa do Mundo.

O objetivo é evitar omissões e sobreposições de ações, para que, ocorrendo algum incidente, não haja vácuo ou excesso de disponibilização de meios na resposta àquele incidente. Então, a gente aumenta a eficiência e otimiza a utilização dos recursos humanos e logísticos, principalmente de segurança pública e defesa civil.

Para que haja essa otimização, a gente coloca à disposição dos órgãos uma estrutura de Centros Integrados de Comando e Controle, que são ambientes nos quais são reunidos cerca de 40 órgãos que promovem a consciência situacional de



tudo o que está ocorrendo no âmbito das áreas de interesse operacional dos grandes eventos.

Esses centros são fruto do planejamento integrado. Na época do planejamento para as ações, nós reunimos, em oficinas temáticas, técnicos para discutir assuntos específicos, e esses técnicos provêm de alguns órgãos específicos que a gente convida para estabelecer as políticas operacionais e os protocolos de atuação integrada — como os órgãos de Estado vão atuar perante aquela área específica.

Na operação, como eu falei, os centros ficam à disposição. A gente consegue, com isso, promover agilidade na tomada de decisões e na resposta. Alguns incidentes ou questões que podiam levar horas ou dias são resolvidos em minutos. No Centro de Brasília, por exemplo, nós tínhamos a presença da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, da Casa Civil do GDF, das concessionárias de serviço público, enfim, eram 40 órgãos representados. Então, se a Secretaria da Criança tinha algum problema ou alguma ocorrência, ao lado dela havia, à disposição, representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, dos Bombeiros, do SAMU, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, e aquela situação era resolvida em questão de minutos, em minutos a Polícia Civil acionava uma equipe, o Bombeiros, o SAMU. E esse trabalho integrado, de tão exitoso, está sendo tomado como base para que as ações ordinárias de segurança pública também se utilizem desse sistema que foi idealizado, implementado num grande evento e que deve ser expandido para as ações ordinárias de segurança pública.

Então, só queria prestar esses esclarecimentos em relação à Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, que é um órgão catalizador, que aumenta a eficiência e otimiza os recursos dos órgãos envolvidos na operação de segurança dos Jogos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Dr. Vitor.

Vou passar a palavra para o Delegado Carlos Henrique Maia, da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, que é Coordenador de Grandes Eventos do DPF.

**O SR. CARLOS HENRIQUE MAIA** - Deputado, como já foi dito anteriormente, o tema é bastante complexo, tangencia a atuação de diversas instituições, em diversas esferas governamentais. E eu acho até que seria



importante, também, em algum momento, nos desdobramentos que eventualmente essa discussão possa ter, que nós possamos contar com a interlocução e a participação, diretamente, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Segurança Pública, que tem uma parcela importantíssima de atuação nesse processo, integra-se a esse esforço de atuação integrada do Comando e Controle. Eu acho que seria também uma presença importante.

Nessa linha de raciocínio, até dentro do que foi questionado com relação à identificação dos perpetradores desse tipo de delito, no que diz respeito à Polícia Federal, reforçando o que foi dito anteriormente, a ideia é que nós tenhamos, a partir das bases de dados da INTERPOL, no processo de cooperação internacional, a possibilidade de impedir a entrada de criminosos, de pessoas envolvidas com esse tipo de delito, já por ocasião da sua chegada, por ocasião da sua imigração.

Isso foi bastante facilitado durante a Copa, através da assinatura de uma portaria conjunta. Nós acreditamos que outra iniciativa nesse sentido deve ser realizada, deu bastante respaldo para a atuação de quem atua no controle migratório, e eu imagino que seja uma possibilidade de que nós, obviamente dentro das limitações de atuação dos órgãos de segurança, tendo a identificação dessas pessoas, desses perpetradores, possamos adotar alguma medida efetiva.

Agora, é claro, aqueles outros que já são objeto de apurações e investigações, estando eles em flagrante delito, ou, na conclusão das investigações, chegando à autoria e à materialidade, vão responder por esses crimes, mas dentro de um processo penal decorrente de uma investigação policial. Então, eu imagino que essa seja uma medida importante, concreta, efetiva, nessa seara.

Em relação ao que a Deputada Erika Kokay mencionou, a questão da federalização dos crimes de exploração sexual, de fato, hoje a questão depende de um incidente de deslocamento de competência junto ao STJ, promovido pelo Ministério Público. Via de regra são crimes que ainda se mantêm na estrutura de Justiça comum e dependem dessa medida específica para cada caso. Nós não temos nenhuma alternativa nesse sentido.

Seria isso que eu tinha de considerações finais, além de agradecer pelo convite e também parabenizar pela iniciativa, que acho que foi bastante produtiva.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Delegado Carlos. Passo a palavra ao Dr. Marcelo Nascimento, para suas considerações finais.

**O SR. MARCELO NASCIMENTO** - Deputado Hiran, primeiro, agradeço ao convite, em nome da Ministra Ideli Salvatti, nossa Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Quero apenas ressaltar que toda essa metodologia, os dados que foram utilizados durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, nós entregamos num dossiê, em dezembro passado, aos organizadores da próxima Copa do Mundo, na Rússia, relatando como ter um grande evento pensando conjuntamente a proteção integral de crianças e adolescentes.

Sobre as campanhas, o Adelino já frisou bem, nós temos uma campanha permanente, que já ocorre desde 2012, porque essa campanha é para dialogar com as crianças e os adolescentes, Deputado Márcio Marinho.

E é bom dizer que todos os nossos atendentes do Disque 100, quando eles identificam que é uma criança que está fazendo uma denúncia do outro lado, eles tratam essa criança da forma que ela quer ser tratada. O que acontece muito? A criança nunca vai falar *“Olha, eu sou uma criança, tenho 11 anos de idade”*, por exemplo. Ela sempre vai dizer que ela é a Dona Maria, que tem 30 anos. Então, aquele atendente, mesmo reconhecendo que essa criança ou esse adolescente tem a voz de uma criança, ele trata essa criança como a Dona Maria, que tem 30 anos, para que ela sinta segurança em fazer essa denúncia.

Tem aumentado o número de denúncias feitas pelas próprias crianças. Eu acho que isso é muito importante, como também o papel da escola, divulgando o Disque 100, que é um canal de proteção integral. Muitas vezes, uma coleguinha conta, não tem coragem, e ela sabe que há um canal de proteção em que ela pode contar para alguém, com segurança, então, ela faz essa denúncia.

Dentro, ainda, das campanhas, todos os materiais da campanha são disponibilizados no *site* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, porque aí nós, hoje, temos uma capilaridade em todo o País, porque vários parceiros governamentais e não governamentais pegam as peças, reproduzem-nas e fazem a campanha localmente. Isso é muito importante, porque,



com isso, a campanha vai chegando a todos os Estados, a todos os Municípios brasileiros, e vai alcançando a criança e o adolescente, para a sua proteção.

Ainda falando em campanha, hoje foi um dia importante, porque a Presidenta Dilma Rousseff lançou a campanha Humaniza Redes, que é um novo canal de denúncia para combater crimes e violações de direitos humanos nas redes sociais. Também lá há um canal, agora, que é a denúncia *online* para o Disque 100. Então, a partir de hoje, toda a sociedade brasileira pode também registrar a sua denúncia, *online*, de qualquer violação de direitos humanos, principalmente as violações cometidas no âmbito das redes sociais. Então, a partir de hoje, há um *site* que se chama Humaniza Redes.

A Secretaria de Direitos Humanos e todos os parceiros, já pensando nas Olimpíadas e nas Paralimpíadas, nós também estamos pensando nessa sua nova característica. Porque, na Copa do Mundo, nós tínhamos uma arena e a Fan Fest. Nas Olimpíadas, nós temos vários locais, o que vai exigir da proteção integral de crianças e adolescentes um comitê local, mas também vários espaços de proteção, porque, ao mesmo tempo, vão ocorrer todos os jogos. Então, na verdade, é um olhar dobrado para a proteção integral da criança e do adolescente, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também nas cidades que recebem o torneiro de futebol ou nas cidades-sedes que receberão as delegações. Então, para essas cidades também tem que se aplicar a metodologia da Agenda de Convergência, pensando na proteção integral de todas as crianças e adolescentes.

Concluindo, nós também estamos pensando numa formação continuada para os conselheiros tutelares porque, no dia 4 de outubro de 2015, ocorrerá o primeiro processo de escolha unificada em todo o território brasileiro. Então, toda a sociedade brasileira poderá escolher os seus conselheiros tutelares na mesma data. Isso exige também que nós tenhamos uma preparação para os conselheiros tutelares que assumirão e, possivelmente, no ano de 2016, nós teremos novos conselheiros tutelares. Então, nós estamos pensando para esses conselheiros tutelares uma formação específica, pensando em combater todas as violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, mas pensando também em como atuar em rede, conjuntamente, durante os jogos.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado, Marcelo Nascimento.

Vamos encerrar a participação dos expositores com as considerações finais da Inspetora Márcia Freitas, da Polícia Rodoviária Federal.

**A SRA. MÁRCIA FREITAS** - Bom, eu queria primeiro deixar claro ao Deputado Márcio Marinho que, quando eu me referi a melhorar a comunicação, eu queria ver uma comunicação de excelência, não que ela não exista. Ela existe, tanto nos Centros Integrados de Comando e Controle quanto nos Comitês Intersetoriais, onde eu e o Adelino, coincidentemente, somos membros, que reúnem quase 20 Ministérios e representantes da sociedade civil, órgãos governamentais e não governamentais, para que a gente trabalhe de forma integrada entre os órgãos do Governo e com as organizações não governamentais, associações, entidades de classe, por conta da necessidade de ter o diálogo sempre aberto, amplo e interligado com todos os atores da rede de proteção. Quando a gente fala de um crime complexo, como a exploração sexual de crianças e adolescentes, tem que falar de capacitação, sensibilização, prevenção, repressão, acolhimento, encaminhamento e responsabilização.

Então, muito diálogo é preciso, muita articulação, muita necessidade de empoderamento das informações, que é um papel fundamental tanto do Centro Integrado de Comando e Controle quanto dos Comitês e Comissões Intersetoriais, que reúnem os diversos membros, os diversos órgãos, os diversos Ministérios. Então, o empoderamento e o compartilhamento das informações... Eu sou nordestina e baiana também, e meu avô usava o mesmo ditado que o senhor citou aqui: informação é poder. Todos nós sabemos. A rede de criminalidade que existe no País trabalha com o compartilhamento das suas informações. Nós temos que nos adequar sempre a essa dinâmica moderna de enfrentar esses crimes complexos de forma célere e articulada mesmo, compartilhando as informações, com uma comunicação ágil, célere e eficiente.

Em relação ao mapa de pessoas que se beneficiam da exploração sexual de crianças e adolescentes, a Polícia Rodoviária Federal, dentro da sua área de competência, pactuou com a Secretaria de Direitos Humanos — SDH, em 2011, e nós estamos cumprindo esse pacto de compartilhar a adequação dos nossos dados



e relatórios à matriz da SDH. Essa matriz é o banco de dados do Disque 100. Então, a Polícia Rodoviária Federal hoje, quando mapeia, quando reprime, quando tem qualquer diagnóstico de violação de direitos humanos, encaminha esses dados para a Secretaria de Direitos Humanos. Esses dados automaticamente ficam fazendo parte do Disque 100. Dentro do pacto, existe um desdobramento pela busca de responsabilização, que é um protocolo de encaminhamento automático das denúncias comprovadas no Disque 100 ao Ministério Público. Então, isso foi um passo importante no fluxo das denúncias para buscar a responsabilização dos infratores. Eu acredito que foi um grande avanço. Claro que há ainda deficiências, dificuldades na responsabilização, mas foi um grande passo.

Eu queria agradecer, mesmo ausente, à Deputada Erika Kokay pela sua colocação e registrar que falhou na minha apresentação — eu não citei números —, mas a Polícia Rodoviária Federal resgatou, nos últimos anos, mais de 4.300 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nas rodovias federais, sem contar os números das ações integradas com o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho no enfrentamento às situações análogas à escravidão e ao trabalho infantil, que somam outros mais de 4.000 resgates. Então, o número é grandioso e triste, mas também reflete o nosso comprometimento social, o nosso engajamento no enfrentamento a esses crimes.

Em relação à exposição da mídia, à campanha, eu acho que já foi bem sanada.

Agora, voltando às perguntas do Deputado Marcelo Matos, o controle nas rodovias é feito intensamente, diuturnamente, e nós temos um mecanismo chamado de cartão-programa, que é uma espécie de diretrizes detalhadas para que os policiais rodoviários federais cumpram diariamente. Então, quando o policial assume o serviço, em qualquer parte do País, ele tem diretrizes do que ele vai fazer, o horário que ele vai fazer, onde ele vai atuar; claro, ressalvados os casos de gravidade, de manifestações de acidente, etc., mas, dentro desse cartão-programa, nós temos monitoramento e patrulhamento em áreas onde há muitos acidentes, em determinado horário e em determinado dia. Também, nesse cartão-programa, há o monitoramento dos pontos vulneráveis à exploração sexual, onde há ocorrência já registrada de crime. Então, existe um trabalho de planejamento, de inteligência, para



que o policial não fique perdido ao longo da via sem direcionamento do que ele vai fazer.

Em relação ao efetivo do Rio de Janeiro, quero ratificar que vai haver, sim, deslocamento de efetivo para o Rio de Janeiro, mas eu posso afirmar que, em nome da Direção Geral, nós daremos conta de todas as missões que teremos pela frente. Só na Jornada Mundial da Juventude, por exemplo, foram quase 10 mil ônibus fiscalizados pela Polícia Rodoviária Federal, número três vezes maior do que o pactuado com a ANTT — Agência Nacional de Transportes Terrestres —, de necessidade efetiva de fiscalização. Então, foi um trabalho maciço feito pela Polícia Rodoviária Federal.

Queria dizer que, claro, agradecemos muito a todos os Deputados desta Casa que nos apoiam. Com o intuito de melhorar o nosso efetivo, existem deficiências de efetivo, mas quero registrar também que, nos últimos 3 anos, foram mais de 2 mil contratações de policiais, que já trabalharam na Copa do Mundo, na Jornada Mundial e que vão trabalhar também nas Olimpíadas.

Em relação aos postos e à pergunta que V.Exa. fez sobre fechamento ou falta de uso, quero dizer que, depois que a Polícia Rodoviária Federal passou a trabalhar com planejamento estratégico, desde 2011, nós voltamos a atividade operacional para o uso mais dinâmico, com mobilidade e patrulhamento. Então, eventualmente, alguns postos que tenham sido fechados, não necessariamente, podem ter sido por falta de efetivo, mas por conta desse planejamento estratégico, que é mais funcional, é mais efetiva a presença em rondas, em patrulhamentos com mobilidade ao longo das rodovias, deixando pontos estratégicos, como pontos de apoio, bases fixas. Já vou terminar.

Em relação às denúncias, quero dizer que no Disque 100, no número 191, não há infiltrados efetivamente em relação à colocação que foi feita. Na verdade, são pessoas capacitadas, sensibilizadas para receber a denúncia, mesmo anônima, e repassar a quem compete e, na circunscrição, atuar.

Quero dizer que, com todas as dificuldades e obstáculos que nós temos, continuaremos buscando atender a sociedade com efetividade e promovendo, não só na Polícia Rodoviária Federal, mas também em todo o Ministério da Justiça, segurança com cidadania.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hiran Gonçalves) - Muito obrigado.

Antes de encerrar esta audiência pública, eu queria enfatizar o compromisso de todos nós, de toda a sociedade civil, de todo o povo brasileiro na luta contra essa ferida, que gera uma visão distorcida em relação à leniência, às possíveis leniências do nosso País em relação ao turismo sexual, exploração infantojuvenil no exterior. Eu sou testemunha disso porque eu tenho uma filha que trabalha há algum tempo na Suíça e, de vez em quando, nós conversamos. Na Europa ainda temos uma posição muita parecida com a Tailândia, para vocês terem uma ideia.

Então, eu queria aqui colocar, com a devida vênia do nosso Presidente, a nossa Comissão à disposição dos órgãos para que nós possamos ajudar e também estabelecer estratégias específicas para os jogos olímpicos do próximo ano que vão deixar um legado no combate a esse triste problema que nós enfrentamos no nosso País.

Muito obrigado aos ilustres debatedores que estiveram aqui, em nome do nosso Presidente e dos Deputados.

Eu queria também, antes de finalizar, convocar os Parlamentares para a reunião deliberativa ordinária seguida de audiência pública, que ocorrerá amanhã, com a presença do Sr. Alejandro Blanco Braso, Presidente do Comitê Olímpico Espanhol e membro da Confederação Espanhola de Federações Esportivas, a ser realizada às 14 horas, no plenário nº 4.

Queria também fazer um agradecimento especial ao Presidente da nossa Comissão, o nosso colega Márcio Marinho, pela sua bondade e generosidade comigo de me conceder a honra de presidir esta audiência tão importante para a nossa Comissão.

Muito obrigado a todos, uma boa tarde e um grande abraço.